

Prospecto Definitivo da 1ª Distribuição Pública de Cotas Subordinadas Mezanino do

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MONEY PLUS
MICROFINANÇAS**

CNPJ/MF nº 15.675.220/0001-92

1ª Distribuição Pública de Cotas Subordinadas Mezanino do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MONEY PLUS MICROFINANÇAS** (o “Fundo”), totalizando:

R\$3.000.000,00

Classificação de Risco das Cotas Subordinadas Mezanino Liberum Rating Serviços Financeiros Ltda.: BB-(f)* de Longo Prazo / CP4(f)* de Curto Prazo

Código ISIN Cotas Subordinadas Mezanino: BRMNYPCTF004

Classificação na ANBIMA: FIDC – Financeiro

Foco de Atuação: FIDC Financeiro Multicarteira

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MONEY PLUS MICROFINANÇAS é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356 de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a “Instrução CVM 356”), no que tange a sua oferta pública de distribuição, pela Instrução CVM 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou, ainda, quando da sua amortização integral das suas Cotas, sendo uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito (os “Direitos de Crédito”) de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

A emissão de Cotas do Fundo é composta por Cotas Subordinadas Mezanino (as “Cotas Subordinadas Mezanino” e, em conjunto com as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Junior, “Cotas”).

O Fundo contará com uma classe de Cotas Seniores, uma classe de Cotas Subordinadas Mezanino e uma classe de Cotas Subordinadas Junior, no entanto somente serão objeto da presente Oferta o montante de 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) (o “Valor Unitário de Emissão”) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (a “Oferta”). O Fundo é administrado pela **SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.** (a “Administradora”). As Cotas objeto da presente Oferta serão negociadas em mercado de balcão, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP. As Cotas Seniores e Subordinadas Junior poderão ser objeto de distribuição pública ou pública com esforços restritos, nos termos do Capítulo XII do Regulamento. Não há programação para a emissão de Cotas Seniores pelo Fundo, sendo certo que a mesma não ocorrerá até o encerramento da oferta de Cotas Subordinadas Mezanino.

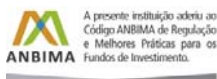
A distribuição pública das Cotas Subordinadas Mezanino foi deliberada pela Administradora em 11 de maio de 2012. O Fundo terá duração por tempo indeterminado, sendo a duração de cada classe e série de cotas estabelecida em seu respectivo Suplemento (o “Suplemento”). O Regulamento em vigor do Fundo (o “Regulamento”) foi registrado em 17 de julho de 2012, no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1.682.000. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Oferta foi registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), em 07 de Agosto de 2012, sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/016 para a 1ª Distribuição Pública de Cotas Subordinadas Mezanino, mediante prévio protocolo dos documentos exigidos pelos Art. 8º e 20º, da Instrução CVM 356.

O investimento do Fundo apresenta riscos para o investidor e, ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia da Administradora, do Custodiante, da Gestora do Fundo ou da Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora e à CVM. A Cedente não prestará quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUIDAS.”

OS INVESTIDORES DEVEM LER, COM ATENÇÃO, OS FATORES DE RISCO DESCRITOS NAS PÁGINAS 27 E SEQUINTE DO PROSPECTO.

“O Fundo visa atingir Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409 (a “Instrução CVM 409”), de 18 de agosto de 2004, bem como demais autorizados pela legislação, a adquirir Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e no longo prazo, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas do Fundo, bem como o prazo de maturação do investimento.”



“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas deste Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços.”

CEDENTE



CUSTODIANTE

ADMINISTRADOR

GESTOR



AUDITORES

AG. DE CLASS. DE RISCO



A Administradora desta emissão é a SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A

A data deste Prospecto é 23 de julho de 2012.

AVISOS IMPORTANTES

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este Prospecto não conta com garantia da Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

ÍNDICE

AVISOS IMPORTANTES	0
ÍNDICE	1
DEFINIÇÕES	3
IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO	14
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO	15
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	16
Descrição da Oferta.....	16
Contrato de Distribuição	23
Modificação e Revogação da Oferta e Restituição dos Valores	25
Demonstrativo de Custo de Distribuição da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino.....	26
FATORES DE RISCO.....	27
Riscos de Mercado.....	27
Riscos de Crédito.....	28
Riscos de Liquidez.....	29
Riscos Operacionais	32
Riscos relacionados à Cedente	35
Outros Riscos	36
REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE ATUAÇÃO DA CEDENTE.....	40
As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte e o Microcrédito – SCMEPP	40
Disposições Gerais das Cédulas de Crédito Bancário	40
Alienação Fiduciária de Veículo Automotor.....	42
VISÃO GERAL DO SETOR DE MICROFINANÇAS NO BRASIL	46
INFORMAÇÕES SOBRE A CEDENTE.....	47
Quadro Societário e Gestão da Cedente.....	48
Aspectos Operacionais	49
Política de Crédito.....	52
DIREITOS CREDITÓRIOS E FLUXO DA OPERAÇÃO.....	59
Fluxograma do Fundo.....	59
Direitos Creditórios.....	59
Cessão dos Direitos Creditórios	60
Originação e Formalização dos Direitos Creditórios.....	60
Dos Procedimentos de Arrecadação e Entrega dos Direitos Creditórios	61
Limites de Concentração	61
Critérios de Elegibilidade	63
Formalização da Entrega dos Direitos de Crédito	64
Inadimplemento, Perda e Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito	64
Auditoria dos Documentos Comprobatórios	66
Política de Cobrança do Fundo.....	67
Garantias e Reforços de Crédito	69
Destinação dos Recursos.....	70
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	72

O Fundo	72
Base Legal e Classificação ANBID	72
Objetivo de Investimento	73
Política de Investimento e Composição da Carteira	73
As Cotas	77
Ordem de Alocação de Recursos	83
Encargos do Fundo	83
Regras de Tributação do Fundo	84
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	88
Política de Divulgação de Informações	89
Mecanismos de Gerenciamento de Riscos	89
Atendimento aos Cotistas	90
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DO FUNDO	91
Forma e Espécie	91
Prazo de Distribuição	97
Amortização e Resgate	97
Pagamento aos Cotistas	100
Negociação das Cotas.....	101
Eventos de Avaliação e de Liquidação	101
ASSEMBLEIA GERAL	104
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	108
PRESTADORES DE SERVIÇO AO FUNDO E ASPECTOS A ELES RELACIONADOS	110
A administradora.....	110
O Custodiante.....	111
Consultora de Crédito	112
A Gestora.....	112
Os Auditores Independentes	112
A Agência de Classificação de Risco	113
Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes entre os Prestadores de Serviço do Fundo	114

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

ACSP:	é a Associação Comercial de São Paulo;
Administradora:	é a Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.;
Agência de Classificação de Risco	é a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
Agente Escriturador:	é o Banco Paulista S.A.;
Agentes de Recebimento:	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo e/ou pela Cedente exclusivamente para prestar serviços de recebimento dos valores dos Direitos de Crédito a serem pagos pelos Devedores;
Alienação Fiduciária:	é a modalidade de garantia adotada nas operações de microfinanças celebradas entre o Devedor e o Cedente, por meio da qual o Devedor transfere à Cedente a propriedade fiduciária de veículos, devidamente amparadas por documentação fiscal hábil (CRV);
Amortização Programada:	é (i) a amortização parcial das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série; e (ii) a amortização parcial das Cotas Subordinadas Mezanino observado o estabelecido no Artigo 42 do Regulamento;
ANBIMA:	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
Antecipação de Amortização e/ou Resgate:	é a possibilidade de a Gestora, a seu exclusivo critério, observadas as condições e os procedimentos previstos no Artigo 43 do Regulamento, determinar a antecipação, total ou parcial, de uma ou mais Datas de Amortização Programadas e/ou Datas de Resgate;
Assembleia Geral:	é a Assembleia Geral de Cotistas, ordinária e extraordinária, realizada

nos termos do Capítulo XXII do Regulamento;

Ativos Financeiros:	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
Auditor Independente:	é a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, ou seu sucessor a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
BOVESPAFIX	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
CBLC:	é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;
CDC:	é o Código de Defesa do Consumidor;
Cedente:	é a Money Plus SCMEPP Ltda., entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, 1.681, 4o andar, cj. 41, Bairro da Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.581.339/0001-45.
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Cliente:	são clientes da Cedente, que figurem ou venham a figurar como Devedores dos Direitos de Crédito;
Código Civil:	é a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, instituto legal que regula as relações jurídicas privadas no Brasil;
Comunicação de Renúncia:	é a comunicação a ser enviada aos Cotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
Condições de Cessão:	são as condições para aquisição de Direitos De Crédito, estipuladas no Artigo 10 do Regulamento;
CNPJ:	é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
Consultora:	é a Money Plus Participações Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
Conta Autorizada da Cedente:	É a conta corrente bancária de titularidade da Cedente para a qual deverão ser transferidos os recursos depositados na Conta de

Recebimento da Cedente não correspondentes a Direitos de Crédito Cedidos;

Conta de Recebimento: são as Contas de Recebimento da Cedente e a Conta de Recebimento do Fundo consideradas conjuntamente;

Contas de Recebimento da Cedente: são as contas bancárias a serem mantidas pela Cedente, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a Direitos de Crédito cedidos ao o Fundo e de outros créditos devidos à Cedente pelos Devedores, as quais só podem ser movimentadas de acordo com instruções da Consultora;

Contas de Recebimento do Fundo: são as contas corrente de titularidade do Fundo, a ser por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco Itaú Unibanco S.A. destinada ao recebimento de pagamentos de Direitos de Crédito;

Conta Centralizadora: é a conta corrente de titularidade do Fundo, a ser por ele mantida junto ao Banco Paulista S.A., e que será por ele utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;

Contrato de Cessão: é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Administradora, em nome do Fundo, e a Cedente, e seus Termos de Cessão;

Contrato de Consultoria: é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;

Contrato de Parceria: são os contratos de parceria celebrados ou a serem celebrados entre a Cedente e as Empresas Parceiras, visando o atendimento aos Clientes localizados em regiões fora da Cidade de São Paulo;

Contrato de Serviços de Auditoria Independente: é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo;

Contrato de Serviços de Classificação de Risco: é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;

Cotas: são as Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Junior;

Cotas Seniores: são as Cotas de séries Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;

Cotas Seniores em Circulação:	é a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
Cotas Subordinadas:	São as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Junior, consideradas conjuntamente;
Cotas Subordinadas em Circulação:	São as Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação e as Cotas Subordinadas Junior em Circulação, consideradas conjuntamente;
Cotas Subordinadas Junior:	São as Cotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Cotas Subordinadas Junior em Circulação:	é a totalidade das Cotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Cotas Subordinadas resgatadas;
Cotas Subordinadas Mezanino:	São as Cotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação:	é a totalidade das Cotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Cotas Subordinadas Mezanino resgatadas;
Cotistas:	são os titulares das Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Junior, considerados conjuntamente;
Cotistas Seniores:	são os titulares das Cotas Seniores;
Cotistas Subordinados:	são Cotistas Subordinados Mezanino e os Cotistas Subordinados Junior, considerados conjuntamente;
Cotistas Subordinados Mezanino:	são os titulares das Cotas Subordinadas Mezanino;
Cotistas Subordinados Junior:	são os titulares das Cotas Subordinadas Junior;
Critério de Elegibilidade:	Têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 11 do Regulamento do Fundo;
Custodiante:	é o Banco Paulista S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;

Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino:	é a data da 1ª subscrição de cada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data de Aquisição:	é a data de aquisição e pagamento dos Direitos de Crédito, conforme prevista no Artigo 10 do Regulamento;
Data de Amortizações das Cotas Subordinadas Mezanino:	são as Datas das Amortizações Programadas de Cotas Subordinadas Mezanino previstas no Suplemento, ou a data de amortização de Cotas Subordinadas Mezanino deliberada em Assembleia Geral, conforme o caso;
Data de Amortização Programada:	são as datas das Amortizações Programadas de Cotas previstas em cada Suplemento;
Data de Emissão:	é a data de emissão das Cotas Subordinadas Mezanino;
Data de Resgate das Cotas Subordinadas Mezanino:	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Cotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva classe;
DETRAN:	é o Departamento Estadual de Transito de São Paulo;
Devedores:	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem a Cedente têm Direito de Crédito;
Dia Útil:	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional;
Direitos de Crédito:	São os Direitos de Crédito decorrentes de operações de microfinanças contratadas entre a Cedente e os Devedores, formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Devedores, e que sejam garantidas por alienação fiduciária de veículos devidamente amparadas por documentação fiscal hábil (CRV);
Documentos Comprobatórios:	São os originais dos documentos que lastrearem os Direitos de Crédito, cuja a guarda física é realizada pela Consultora, na qualidade de fiel depositário;
Documentos da Operação:	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Serviços de Classificação de Risco,

Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito e Contrato de Agente de Recebimento;

Duration: é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante no Regulamento;

Eventos de Avaliação: têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 61 do Regulamento;

Eventos de Liquidação: são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembleia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;

Excesso de Cobertura: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 56 deste Regulamento;

FGC: é o Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos;

Fundo: É o Fundo objeto do Regulamento;

Gestor: é a High Seas Mira Capital Administradora de Carteiras de Recursos e Consultoria Ltda. ;

Instituições Autorizadas: São as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:
Banco Santander S.A.;

- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Bradesco S.A.;
- Banco Itaú Unibanco S.A.; e
- Caixa Econômica Federal.

Para efeitos do Regulamento, o termo “afiliada” significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, diretas ou indiretas, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa;

Instrução CVM 356: é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, devidamente consolidada com as alterações posteriores;

Instrução CVM 400: é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, devidamente consolidada com as alterações posteriores;

Instrução CVM 409:	é a Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, devidamente consolidada com as alterações posteriores;
Instrução CVM 476:	é a Instrução nº 476 da CVM, de 16 de janeiro de 2009, devidamente consolidada com as alterações posteriores;
Instrução CVM 489:	é a Instrução nº 489 da CVM, de 14 de janeiro de 2011, devidamente consolidada com as alterações posteriores;
Investidores Qualificados:	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
IOF/Títulos:	é o Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários;
IR:	é o Imposto de Renda;
Investimento Mínimo:	é o valor mínimo de subscrição de Cotas por investidor, equivalente a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
MEGADATA:	é o departamento que presta serviço de registro de dados ao DETRAN;
Meta de Rentabilidade Prioritária:	é a meta de remuneração de cada série de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Subordinadas Mezanino estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Cotas;
Oferta:	é a presente Oferta Pública de Distribuição de 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino;
Partes Relacionadas:	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido:	significa o somatório dos valores dos Direitos De Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e às provisões referidas no Capítulo XVIII do Regulamento;

Performance:	significa a contraprestação do respectiva Cedente necessária à sua existência e exigibilidade em relação ao Devedor de um determinado Direito de Crédito;
Periódico:	é o jornal Diário do Comércio de São Paulo (ACSP);
Política de Cobrança:	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos Devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Regulamento do Fundo;
Política de Crédito Money Plus:	é o conjunto de normas e procedimentos definidos pela Cedente para a concessão de crédito ao Devedor;
Política de Investimento e Composição da Carteira:	tem o seu significado definido no Capítulo IV do Regulamento;
Prazo de Colocação:	é o prazo de colocação das Cotas Subordinadas Mezanino, que passa a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino;
Proposta de Crédito:	é o formulário de solicitação de crédito com os dados e informações financeiras do Cliente para a análise da Cedente;
Prospecto:	é o presente Prospecto;
Razão de Garantia:	significa a Razão de Garantia das Cotas Seniores e a Razão de Garantia das Cotas Subordinadas Mezanino;
Razão de Garantia das Cotas Seniores	Significa a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor da somatória das Cotas Subordinadas Junior e das Cotas Subordinadas Mezanino e o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, que deverá ser verificada pela Consultora, todo Dia Útil, desde a Data da 1ª Subscrição de Cotas Seniores até a última data de resgate de Cotas Seniores;
Razão de Garantia das Cotas Subordinadas Mezanino:	Significa a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor da somatória das Cotas Subordinadas Junior e das Cotas Subordinadas Mezanino e o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, que deverá ser verificada pela Consultora, todo Dia Útil, desde a Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino até a última data de resgate de Cotas Subordinadas Mezanino;
Relação Mínima das	Significa a Razão de Garantia das Cotas Seniores igual ou superior a

Cotas Seniores	20% (vinte por cento);
Relação Mínima das Cotas Subordinadas Mezanino	Significa a Razão de Garantia das Cotas Subordinadas Mezanino igual ou superior a 10% (dez por cento);
Regulamento:	é o regulamento do Fundo;
Reserva de Amortização e Resgate:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 47 do Regulamento;
Reserva de Domínio:	significa a restrição financeira que constará o veículo objeto da Alienação Fiduciária;
Resolução CMN 2.907:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
Resolução CMN 3.998:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.998, de 28 de julho de 2011;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SERASA:	é um dos bancos de dados de crédito consultado pela Cedente nas operações de microfinanças;
Serviços de Proteção ao Crédito:	São os serviços de proteção ao crédito consultados pela Cedente nas operações de microfinanças;
SOMAFIX	É o sistema eletrônico mantido pelo BM&F BOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
SNG:	é o Sistema Nacional de Gravames;
Suplementos:	são os suplementos ao Regulamento, relativos a cada série de Cotas Seniores ou classe de Cotas Subordinadas Mezanino, os quais deverão conter as seguintes informações relativas à série ou classe de Cotas à qual se referem, conforme o caso: (i) quantidade de Cotas da série ou classe em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, caso existam, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Cotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série ou classe de Cotas a que se refira;

Taxa de Administração:	a remuneração devida pelo Fundo ao Administrador, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas no Regulamento;
Taxa de Consultoria:	a remuneração devida pelo Fundo à Consultora, a título de honorários pela prestação dos serviços definidor no Contrato de Consultoria;
Taxa de Custódia:	é a taxa devida pelo Fundo ao Custodiante pelos serviços de custódia qualificada, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo;
Taxa DI:	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Cotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
Taxa Mínima de Retorno:	é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante na alínea "e" do Artigo 10º do Regulamento;
Termo de Adesão:	é o documento por meio do qual o Cotista adere a o Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
Valor Unitário de Emissão:	é o valor unitário de emissão de uma determinada série de Cotas Seniores ou classe de Cotas Subordinadas na Data da 1ª Subscrição de Cotas da respectiva série ou classe;
Valor Unitário de Referência:	significa: (i) na Data de Emissão de uma determinada série de Cotas Seniores, ou de uma determinada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de tal série ou classe, o Valor

Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para tal série ou classe, em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização para tal série ou classe de Cotas.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Administradora	Custodiante
SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A. At. Sr. Daniel Doll Lemos Av. Avenida Brigadeiro Faria Lima, .355 – 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Telefone: (11) 3299-2000 Fac-símile: (11) 3299-2005 E-mail: daniel@socopa.com.br Internet: www.socopa.com.br	BANCO PAULISTA S.A. At. Sr. Francisco Donizeti Ferreira Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Telefone: (11) 3299-2000 Fac-símile: (11) 3299-2005 Internet: www.bancopaulista.com.br
Gestora	Consultora de Crédito
HIGH SEAS MIRA CAPITAL ADMINISTRADORA DE CARTEIRAS DE RECURSOS E CONSULTORIA LTDA. At. Sr. Bruno Miranda Av. das Américas, nº 15511, loja E - Parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro Telefone: (11) 3083-3412 E-mail: bruno@miracapital.com.br Internet: www.miracapital.com.br	MONEY PLUS PARTICIPAÇÕES LTDA At. Sr. Carlos Benitez Av. Rua da Consolação, 1.681, 4o andar, cj. 41, Bairro da Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Telefone: (11) 3159-1900 Fac-símile: (11) 3256-6824 E-mail: cb@money.com.br(11) Internet: www.money.com.br
Assessores Legais	Auditor Independente
ARAÚJO E POLICASTRO ADVOGADOS At.: Sr. Daniel L. Monteiro Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 2º andar São Paulo - SP Telefone: (11) 3049-5700 Fac-símile: (11) 3078-6120 E-mail: dmonteiro@araujopolicastro.com.br Internet: www.araujopolicastro.com.br	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES At.: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1.830, T1 – 5º e 6º andares, Itaim Bibi São Paulo – SP Fone: (11) 3758-3614 E-mail: juridico.sp@br.ey.com
Cedente	Agência de Classificação de Risco
MONEY PLUS SCMEPP LTDA At. Sr. Carlos Benitez Av. Rua da Consolação, 1.681, 4o andar, cj. 41, Bairro da Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Telefone: (11) 3159-1900 Fac-símile: (11) 3256-6840 E-mail: cb@money.com.br Internet: www.money.com.br	LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA At. Sr. Decio Baptista Santos Rua tabapuã, 145 cj. 29 Telefone: (11) 3437-1616 Fac-símile: (11) 3437-1616 E-mail: Decio@liberumratings.com.br Internet: www.liberumratings.com.br

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO

Nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400/03, a Administradora declara que: (i) o Prospecto (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) contém as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo e dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e à Oferta e inerentes aos investimentos nas Cotas Subordinadas Mezanino e de quaisquer outras informações do Fundo e da Oferta relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada; e (ii) que as informações relativas ao Fundo e à Oferta prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino no âmbito da Oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400/03, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400/03, a Administradora declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações por ele prestadas sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas Subordinadas Mezanino, do Fundo, dos riscos relacionados ao Fundo inerentes ao investimento nas Cotas Subordinadas Mezanino e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta Seção não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

DESCRIÇÃO DA OFERTA

- A Oferta:** A Oferta compreenderá o total de 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino, perfazendo um total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). As Cotas serão todas escriturais e mantidas em conta de depósito em nome dos seus respectivos titulares, correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo consideradas conjuntamente com as demais Cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo.
- Emissor:** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MONEY PLUS MICROFINANÇAS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
- Cedente dos Direitos de Crédito:** **MONEY PLUS SCMEPP LTDA.**, entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, 1.681, 4o andar, cj. 41, Bairro da Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.581.339/0001-45.
- Direitos de Crédito:** Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações financeiras de contratadas entre a Cedente e seus Devedores, formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Devedores, e que sejam garantidas por alienação fiduciária de veículos devidamente amparadas por documentação fiscal hábil (CRV).
- Administradora:** **SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.**, sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- Custodiante:** **BANCO PAULISTA S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355

– 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Auditor Independente: ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES, com sede na inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001.25

Agência de Classificação de Risco: LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., com sede na Rua Tabapuã, 145 cj. 29, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.222.571/0001-85.

Quantidade de Cotas Subordinadas Mezanino: serão objetos da Oferta Pública pela Administradora 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino.

Montante da Oferta: Até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Valor Unitário de Emissão na Data de Emissão: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Valor Mínimo de Investimento: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Data de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino: 15 de agosto de 2012.

Data de Resgate das Cotas Subordinadas: Após 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Emissão.

Datas de Amortização Programadas das Cotas Subordinadas Mezanino: As Cotas Subordinadas Mezanino, estas serão amortizadas em 36 parcelas mensais a partir do 7º mês contado da data inicial da Oferta. Os pagamentos da amortização serão realizados no dia 30 de cada mês, sendo cada data de pagamento da amortização uma “Data de Amortização”. O valor a ser pago como amortização em cada Data de Amortização corresponderá a 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) do valor das Cotas Subordinadas Mezanino em cada Data de Amortização. A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas serem pagas nas datas originalmente

previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

Meta de Rentabilidade das Cotas Subordinadas Mezanino:

As Cotas Subordinadas Mezanino terão ainda como Meta de Rentabilidade Prioritária a **ACUMULAÇÃO DE 160% (CENTO E TRINTA E CINCO POR CENTO) DAS TAXAS DI**, CALCULADAS DIARIAMENTE, SOB A FORMA DE CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA, COM BASE EM UM ANO DE **252 DIAS ÚTEIS**, SENDO, PORTANTO, O ACRÉSCIMO DO VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA ENTRE DOIS DIAS ÚTEIS IMEDIATAMENTE ADJACENTES DEFINIDO CONFORME FÓRMULA A SEGUIR (A **“META DE RENTABILIDADE PRIORITÁRIA”**):

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 160\% \right]$$

A Meta de Rentabilidade Prioritária não representa, nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade da Administradora aos Cotistas.

Classificação de Risco das Cotas Subordinadas Mezanino:

BB-(f)* de Longo Prazo;
CP4(f)* de Curto Prazo

Prazo de Distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino:

As Cotas Subordinadas Mezanino serão publicamente distribuídas em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Procedimento de Distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino:

As Cotas Subordinadas Mezanino serão colocadas pela Administradora, em regime de melhores esforços, em mercado de balcão organizado e serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Cotas.

Negociação das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação na CETIP S.A. - Mercados Organizados, no Módulo de Fundos – SF, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Cotistas do

Mezanino:	<p>Fundo (os “<u>Cotistas</u>”) serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam investidores qualificados nos termos da legislação em vigor (os “<u>Investidores Qualificados</u>”). Na hipótese de negociação das Cotas Subordinadas Mezanino, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador (o “<u>Agente Escriturador</u>”) somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de investidor qualificado do novo Cotista.</p>
Forma de Subscrição e Integralização das Cotas Subordinadas Mezanino:	<p>As Cotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor unitário de emissão, estabelecido na forma do Regulamento, acrescido dos valores correspondentes à remuneração calculada na forma do Artigo 39 do Regulamento, a partir da data de subscrição das Cotas Subordinadas Mezanino, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo. A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do investidor. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento (o “<u>Termo de Adesão</u>”) e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante, nos termos do Anexo II do Regulamento. Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora. A integralização das Cotas Subordinadas Mezanino poderá ser efetuada por meio de: (i) Transferência Eletrônica Disponível - TED, mediante débito em conta de titularidade do Cotista; ou (ii) por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. - Mercados Organizados.</p>
Aplicação dos Recursos pelo Fundo:	<p>Os recursos provenientes da emissão das Cotas Subordinadas Mezanino serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.</p>
Público Alvo e Considerações Quanto à	<p>O Fundo destina-se, exclusivamente, a Investidores Qualificados assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas. O investimento nas</p>

Adequação do Investimento:

Cotas Subordinadas Mezanino é adequado a investidores que tenham por objetivo alcançar o retornos indexados à Taxa DI. O investimento nas Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo não é adequado a Investidores que (i) necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação das Cotas Subordinadas Mezanino no mercado secundário brasileiro é restrita; e (ii) não estejam dispostos a correr riscos de crédito inerentes a operações de microfinanças, ou o risco de crédito da Cedente.

Publicações

As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino bem como qualquer outro anúncio relacionado com ela , serão realizadas no “Diário do Comércio de São Paulo” (ACSP)”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino:

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou mesmo a sua revogação.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino, declarará que está ciente de que esta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino, os investidores que já tiverem aderido à Oferta de Subordinadas Mezanino deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta Cotas Subordinadas Mezanino no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação direta da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino ou desistência da aceitação da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino

pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso.

Cronograma das Etapas da Oferta das Cotas Subordinadas Mezanino

A Oferta das Cotas Subordinadas Mezanino seguirá o cronograma tentativo a seguir:

EVENTO	DATAS INDICATIVAS*
Pedido de Registro da Oferta na CVM	12 de junho de 2012
Disponibilização do Prospecto	15 de junho de 2012
Envio de Exigências pela CVM	13 de julho de 2012
Atendimento às Exigências	24 de julho de 2012
Expectativa de Concessão de Registro da Oferta pela CVM	06 de agosto de 2012
Publicação do Anúncio de Início	09 de agosto de 2012
Publicação do Anúncio de Encerramento	05 de fevereiro de 2013

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações.

Data de Início e Término da Oferta das Cotas Subordinadas Mezanino

Estima-se que a Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino terá seu Anúncio de Início publicado originalmente em 06 de agosto de 2012, iniciando-se seu período de distribuição na data da efetiva publicação. A partir da publicação do Anúncio de Início e até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação deste, os investidores poderão aceitar a Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino e subscrevê-las junto à Administradora. Uma vez encerrada a Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino a Administradora publicará o Anúncio de Encerramento da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino.

Maiores Informações:

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados a seguir:

ADMINISTRADORA:

Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.,

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

https://negocios.socopa.com.br/Arquivo/FIDCMoneyPlus_Prospecto.pdf

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, Rio de Janeiro, RJ ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
São Paulo - SP
www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, CEP 01009-000, São Paulo - SP
<http://www.cetip.com.br/Comunicados-Documents>

Categoria de Documento: Prospectos de Fundos de Investimento –
Cotas de Fundos Fechados

Título: FIDC Money Plus Microfinanças

Ano : 2012

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Forma de Colocação e Plano de Distribuição

A Administradora realizará a 1ª distribuição pública de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino, no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) por Cota Subordinada Mezanino, perfazendo um montante total de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), no mercado de balcão organizado em regime de melhores esforços de colocação. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. As Cotas Subordinadas Mezanino serão registradas, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Cotas.

As Cotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser subscritas e integralizadas por Investidores Qualificados, definidos como tal pelo Artigo 109 da Instrução CVM 409/04, pelos fundos de investimento e fundos de investimento em Cotas de fundos de investimento cuja política de investimento e a regulamentação em vigor permitam aplicação em Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios. O valor mínimo de subscrição por investidor será de **R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** (o “Investimento Mínimo”), somente sendo permitida a emissão e a negociação de fração de cotas para investidores titulares de Cotas Seniores em montante igual ou superior ao Investimento Mínimo.

O preço de integralização das Cotas Subordinadas Mezanino será calculado de acordo com o estabelecido no Regulamento e no Contrato de Cessão (o “Contrato de Cessão”), e indicado nos Suplementos, e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas Mezanino. Os recursos relativos à integralização das Cotas Subordinadas Mezanino deverão ser colocados pelos investidores à disposição do Fundo, exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou via Sistema de Transferência de Recursos - STR, operacionalizado pela CETIP, na conta-corrente de titularidade do Fundo indicada pela Administradora nas datas estabelecidas nos Suplementos ao Regulamento, servindo o comprovante da transferência como recibo de quitação.

Os investidores interessados na subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino deverão manifestar-se diretamente junto à Administradora, no endereço a ser indicado no Anúncio de Início, devendo informar a quantidade de Cotas Subordinadas Mezanino que pretendem adquirir.

Regime de Colocação

As Cotas Subordinadas Mezanino serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação.

As Cotas Seniores serão colocadas pela Administradora no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do Anúncio de Início de distribuição da Oferta (“Prazo de Colocação”).

Sem prejuízo do disposto acima, as Cotas Subordinadas Mezanino serão integralizadas nos dias que vierem a ser estabelecidos nos Suplementos ao Regulamento ou em outras datas que venham a constar do Anúncio de Início, conforme acordado entre as Partes, respeitado o Prazo de Colocação.

Os investidores poderão subscrever as Cotas Subordinadas Mezanino a partir do 1º dia útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

Remuneração da Administradora

Pela estruturação do Fundo, pela execução das atividades de administração do Fundo e outras definidas no Regulamento, o Fundo pagará à Administradora uma Taxa de Administração de 2.000,00 (dois mil reais), nos 3 (três) primeiros meses, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) do 4º ao 6º mês e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a partir do 7º mês.

A Gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 1,0 % ao ano sobre o Patrimônio Líquido. Quando o Fundo atingir um Patrimônio Líquido de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a Gestora passará a ser remunerada em 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido. A remuneração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.

A remuneração de que trata o Artigo 18 do Regulamento será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Cotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora e a Gestora, na forma entre eles acordada. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Todas as comissões, despesas e reembolso de despesas inerentes à Oferta serão financeiramente suportadas pelo Fundo, sendo certo que tais comissões e despesas serão pagas, sempre que possível, diretamente pelo Fundo, em moeda corrente nacional e à vista, sem prejuízo do integral reembolso pela Cedente na forma aqui prevista, na ocasião da liquidação financeira da Oferta.

O reembolso de despesas disposto acima, também será devido pela Cedente mesmo no caso de não concretização da Oferta, devendo tal reembolso ocorrer em até 30 (trinta) dias

corridos da data de término de vigência do Contrato de Distribuição ou da data da comunicação expressa que contenha a decisão pela não continuidade da Oferta, o que ocorrer primeiro.

MODIFICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA OFERTA E RESTITUIÇÃO DOS VALORES

A Administradora poderá, individualmente ou em conjunto, a seu exclusivo critério e até a data de liquidação financeira da Oferta, propor à Cedente modificações de quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração ou demais características da Oferta, caso entenda que tais modificações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento e garantir o sucesso da Emissão.

Caso a CVM considere tal modificação como uma alteração substancial, posterior e imprevisível de acordo com as circunstâncias vigentes quando da obtenção do registro da Oferta, acarretando incremento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à Oferta, o Fundo e a Administradora poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Oferta.

A revogação da Oferta invalida a Oferta e os requerimentos de subscrição por parte dos Investidores Qualificados, devendo quaisquer valores referentes ao preço de emissão já pago serem restituídos integralmente aos Investidores Qualificados, por intermédio do mercado de balcão pelo qual a aquisição de Cotas tenha sido efetivada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, ficando ressalvado que esses recursos serão devolvidos aos Investidores Qualificados sem incidência de juros ou correção.

Na hipótese de alteração da Oferta, a Administradora deverá divulgá-la por meio dos Periódicos do Fundo. No caso de alteração da Oferta, os investidores que já tiverem requerido a subscrição de Cotas deverão ser comunicados diretamente pelo Fundo acerca da modificação efetuada, para que retifiquem ou retirem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o requerimento de subscrição de Cotas. Caso o investidor decida revogar sua aceitação à Oferta, os valores referentes à sua respectiva subscrição de Cotas serão restituídos, por intermédio do mercado de balcão pelo qual a aquisição de Cotas tenha sido efetivada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, ficando ressalvado que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de juros ou correção.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE COTAS SUBORDINADAS MEZANINO

A tabela a seguir apresenta os custos relacionados à Oferta, considerando-se a distribuição da totalidade das Cotas ofertadas:

CUSTO	MONTANTE (R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO
[Comissão de Estruturação e Comissão de Distribuição]	0,00	0,0%
Custos de Classificação de Risco	R\$ 16.000,00	0,54%
Taxa de Registro na ANBID	R\$10.800,00	0,36%
Taxa de Registro na CVM	R\$ 19.200,00	0,64%
Publicações	R\$ 6.000,00	0,20%
Consultores Legais	R\$25.000,00	0,83% %
Auditores	R\$8.500,00	0,28% %
Total	R\$ 85.500,00	2,85% %

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO		
PREÇO POR COTA (EM R\$)	CUSTO POR COTA (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR NOMINAL DA COTA
R\$1.000,00*	R\$ 28,50	2,85%
* Com base no Valor Unitário de Emissão na data da primeira subscrição.		

FATORES DE RISCO

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito. Antes de adquirir Cotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas indicadas a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, a Consultora, o Custodiante, e a Gestora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Cotas, os Direitos de Crédito e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, a Cedente e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. A condição financeira dos Devedores, bem como o negócio e os resultados da Cedente e o setor econômico específico em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Cedente e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

Risco de Descasamento entre as Taxas de atualização das Cotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e a Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de insolvência, falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou da Cedente (coobrigada dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

Risco de Concentração dos Direitos de Crédito em uma Modalidade de Operação de Crédito em Microfinanças. Os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são decorrentes de operações de crédito em microfinanças e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita neste Prospecto bem como atender aos Critérios de Elegibilidade.. Eventos extraordinários que venham a (i) prejudicar os direitos de detentores de Direitos de Crédito decorrentes de operações de crédito em microfinanças, garantidas por veículos leves e pesados ou motos, novos ou usados, tais como decisões judiciais, ações governamentais, ou condições econômicas, (ii) impossibilitem a celebração das operações de crédito em microfinanças, e/ou (iii) ocasionar a não existência de Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, podem acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Risco de Decisões Judiciais. Em função de decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591, foi considerado aplicável o Código de Defesa do Consumidor (“CDC”) às atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Neste sentido, há o risco de os Devedores não realizarem o pagamento de obrigações contratadas no âmbito dos documentos celebrados com a Cedente, ou realizarem o pagamento a menor, com base em decisões judiciais fundamentadas no CDC, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Operações de Crédito em Microfinanças Garantidos Por Alienação Fiduciária dos Veículos Devedores. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo são oriundos de operações de crédito em microfinanças e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. É possível que, em eventual execução do Devedor inadimplente, o veículo, objeto da alienação fiduciária, não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do patrimônio do Fundo e o rendimento das Cotas poderá ser negativamente afetado.

Adicionalmente, para a concessão das operações de crédito em microfinanças não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. Assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia aos Direitos de Crédito cujos Devedores estejam inadimplentes poderá reduzir as chances de recuperação de valores inadimplidos por tais Devedores e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos Devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

RISCOS DE LIQUIDEZ

Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Cotas.

Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os

Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez para Negociação das Cotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um tipo de investimento sofisticado e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimento mais tradicionais, o que poderá afetar de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Cotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Cotas pode implicar impossibilidade de venda das Cotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Cotistas.

Restrição à negociação de Cotas do Fundo que Sejam Objeto de Distribuição Pública com Esforços Restritos. O Fundo pode vir a realizar a distribuição de Cotas por meio de oferta de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. De acordo com a Instrução CVM 476, em caso de realização de distribuição com esforços restritos o uso, o ofertante está desobrigado de preparar e disponibilizar Prospecto da oferta em questão aos investidores-alvo da mesma. A não adoção de Prospecto: (i) pode limitar o acesso de informações do Fundo aos investidores às informações periódicas obrigatórias disponibilizadas no site da CVM; e (ii) pode resultar na redução de liquidez das Cotas e dificultar a venda das mesmas em função da referida limitação de informações disponíveis. Além disso, a distribuição de Cotas por meio de oferta de distribuição com esforços restritos implica em restrição de negociação das Cotas objeto da oferta em questão nos mercados regulamentados de valores mobiliários durante 90 (noventa) dias contados de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.

Amortização e Resgate Condicionado das Cotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Cotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Cotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou a Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou

resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e a Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Cotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Cotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Cotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Cotas se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Cotas Subordinadas Júnior se Subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento das Razões de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Cotas Subordinadas Júnior devem levar em consideração que tais Cotas se subordinam às Cotas Seniores, às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Junior estão condicionadas ainda à manutenção das Razões de Garantia, conforme estabelecido no Artigo 54, e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, a Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Liquidação Antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Cotas descritas no item anterior, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Cotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Cotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembleia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Cotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada previstas no Regulamento do Fundo, o Fundo poderá não ter recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Cotistas, hipótese em que poderá ter que pagá-los com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses previstas no Artigo 57 do Regulamento. Caso venha

a ser deliberada a liquidação antecipada do Fundo é possível que este não disponha de recursos para pagamento aos Cotistas em tal ocasião. Nessa hipótese é possível que o pagamento do resgate das Cotas (a) seja condicionado ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo; (b) seja condicionado à venda dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo a terceiros, sendo que o preço que venha a ser praticado poderia causar perda aos Cotistas; ou (c) seja realizado mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Na hipótese de o resgate das Cotas ser realizado mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos de Crédito e ao risco de inexistência de mercado secundário, aos Cotistas poderão incorrer custos de custódia dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento das ações judiciais que originaram os respectivos Direitos de Crédito e despesas processuais.

RISCOS OPERACIONAIS

Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora e/ou pela Gestora, conforme o caso, podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

Formalização dos Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados com a emissão de Cédulas de Crédito Bancário, emitidos pelo Devedor, com base nas operações realizadas entre a Cedente e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios de forma ou conteúdo e/ou serem questionados judicialmente. Caso isso se verifique, é possível que a cobrança do pagamento relativo a determinados Direitos de Crédito pelos Devedores dependa de decisão judicial ou esteja sujeita a decisão judicial desfavorável. Nessas hipóteses, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Ainda que os Direitos de Crédito sejam devidamente constituídos, a sua efetiva cessão pode ser dificultada ou impedida na hipótese de se verificarem falhas na entrega ou, ainda, a não entrega, pela Cedente, dos documentos necessários à formalização da cessão de Direitos de Crédito, impedindo, assim a sua aquisição pelo Fundo.

Verificação da Regularidade da Documentação Relativa aos Direitos de Crédito Após a Realização da Cessão. Quando da oferta dos Direitos de Crédito pela Cedente ao Fundo, a Administradora e a Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos de Crédito (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, sendo certo que tal verificação será realizada a posterior, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentem qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face

do devedor ou do originador; ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente a aquisição do mesmo pelo Fundo.

A Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 do Regulamento. Considerando-se que tal auditoria será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos de Crédito e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, consequentemente, em perdas para os Cotistas.

Guarda, Manutenção e Acesso aos Documentos Comprobatórios. Nos termos da legislação vigente, a Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos de Crédito em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, a Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios.

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

Formalização da Cessão de Direitos de Créditos. Conforme previsto no Contrato de Cessão, o pagamento, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito adquiridos da Cedente, ocorrerá após a troca de arquivos eletrônicos entre o Fundo e a Cedente, e o envio por este, por fac símile, de via assinada do Termo de Cessão (documento que especifica os créditos objeto de uma cessão específica). Não obstante a Cedente ter se comprometido a enviar a via original, devidamente assinada, do Termo de Cessão no prazo de 3 (três) Dias Úteis do seu recebimento, o pagamento da cessão ocorrerá previamente ao recebimento, pelo Fundo, de tal via assinada. Caso a Cedente deixe de enviar o Termo de Cessão original ao Fundo, por qualquer motivo, o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a titularidade dos Direitos de Crédito objeto da cessão, ou em fazer prova da cessão em juízo, em eventual ação de cobrança dos referidos Direitos de Crédito. Caso, anteriormente ao registro da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo perante o Cartório de Títulos e Documentos: (i) os referidos Direitos de Crédito venham a ser cedidos novamente a terceiros e tal cessão venha a ser registrada perante o Cartório competente, (ii) venham a ser lavradas penhoras ou (iii) venham a ser instituídas outras disputas sobre a titularidade/disponibilidade dos mesmos, os Direitos de Crédito em questão poderão não ser considerados de titularidade do Fundo. O insucesso

em impor a validade da cessão perante terceiros, bem como na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Recebimento e Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo (Fungibilidade). Os Devedores não serão notificados acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo no momento da cessão, mas somente em caso de rescisão do Contrato de Cessão ou caso solicitado pela Administradora. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento, cujo saldo será monitorado diariamente pela Consultora.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, mediante instruções da Consultora, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo e com o monitoramento da Consultora, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Cotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelo Custodiante sob o monitoramento e instruções da Consultora. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Cotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou da Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora aos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Riscos de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas

eletrônicos da Cedente, da Consultora, Gestora, Custodiante e da Administradora ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Riscos de Cobrança. Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito pelo Fundo este passa a ser titular dos direitos de cobrar os respectivos Devedores inadimplentes. Não obstante, conforme estabelecido no Capítulo XI do Regulamento, o procedimento de cobrança será realizado pela Cedente, na condição de agente de cobrança do Fundo nomeado pela Custodiante. Embora o Regulamento crie mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que a Cedente desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos de Crédito a desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

RISCOS RELACIONADOS À CEDENTE

Inexistência de Obrigação de Ceder Direitos de Crédito ao Fundo. A Cedente não está obrigada a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pela Cedente. A interrupção da realização de operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo ou a redução no volume de Direitos de Crédito cedidos poderá impactar negativamente ou mesmo inviabilizar a continuidade do Fundo, resultando em liquidação antecipada do mesmo e/ou em eventuais prejuízos aos seus Cotistas.

Descumprimento do Contrato de Cessão. Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente está obrigada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória.

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente. A intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento da Alocação Mínima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas.

Regulamentação das atividades da Cedente. As atividades da Cedente estão sujeitas à legislação brasileira e à regulamentação específica editada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo BACEN. Mudanças na legislação aplicável nas normas que regulam a concessão de crédito por instituições financeiras poderão afetar negativamente as operações da Cedente,

podendo levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

Invalidade ou ineficácia da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Com relação à Cedente, a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da aquisição a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência; (ii) fraude de execução, caso (a) quando da aquisição a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito. Os Devedores têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente suas obrigações relativas aos Direitos de Crédito. A liquidação antecipada de Direitos de Crédito pode implicar no recebimento, pelo Fundo, de valores inferiores ao previamente previsto no momento da aquisição dos mesmos, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do pré-pagamento e a data original de vencimento do Direito de Crédito em questão, impactando negativamente a rentabilidade geral do Fundo. Caso um número relevante de Devedores optem pelo pré-pagamento dos Direitos de Crédito, tal prática poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento, bem como impactar negativamente a rentabilidade das Cotas e por em risco a continuidade do Fundo.

Risco de Descontinuidade do Fundo. O Fundo tem por objetivo a aquisição de Direitos de Crédito originados pela Cedente, estando obrigado a manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito. Não obstante, a Cedente não está obrigada a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Assim, a continuidade da existência do Fundo ao longo do tempo dependerá da continuidade do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pela Cedente. A interrupção da realização de operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo ou a redução no volume de Direitos de Crédito

cedidos poderá impactar negativamente ou mesmo inviabilizar a continuidade do Fundo, resultando em liquidação antecipada do mesmo e/ou em eventuais prejuízos aos seus Cotistas.

Amortização e Resgate Antecipado das Cotas. As Cotas do Fundo estão sujeitas à antecipação de seu cronograma original de amortização e resgate, total ou parcial, podendo a amortização e ou resgate antecipado ser determinado a critério da Gestora caso a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo alocada em Direitos de Crédito permaneça abaixo de 60% (sessenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, observados os procedimentos estabelecidos no artigo 43 a seguir. Na hipótese de amortização ou resgate antecipado de Cotas os valores a ser pagos pelo Fundo aos Cotistas considerarão os rendimentos calculados de acordo com Meta de Rentabilidade da série ou classe em questão até a data do pagamento da referida amortização ou resgate antecipado, sendo que a partir de tal data os rendimentos passarão a ser calculados exclusivamente sobre o valor remanescente das Cotas em questão, caso exista. Na hipótese de amortização ou resgate antecipado das Cotas, não é possível assegurar a existência de oportunidade de investimentos disponíveis ou acessáveis pelos investidores que tenham suas Cotas amortizadas antecipadamente, que lhes permita auferir a rentabilidade que teriam caso referida amortização ou resgate antecipado não tivessem ocorrido, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa, penalidade ou compensação, de qualquer natureza em relação a tal fato ou em decorrência da amortização ou resgate antecipado.

Adicionalmente, observados os procedimentos previstos nos Capítulos XX e XXII do Regulamento, a Assembleia Geral de Cotistas poderá deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, bem como pelo resgate das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Mezanino mediante a entrega de Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os Cotistas Seniores e/ou os Cotistas Subordinados Mezanino poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (b) cobrar valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios inadimplidos.

Riscos e Custos de Cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, a Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação do Gerenciamento de Riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

Risco decorrente da falta de registro dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão. O Contrato de Cessão e cada Termo de Cessão não serão necessariamente registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que (i) a operação registrada prevaleça caso a Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos Direitos de Crédito com terceiros; e (ii) se afastem dúvidas quanto à data e condições em que a cessão foi contratada em caso de ingresso da Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo (i) em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pela Cedente a mais de um cessionário; e (ii) em caso de ingresso da Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, nos quais a validade da cessão dos Direitos de Crédito venha a ser questionada. Assim, nas hipóteses de (i) a Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário; ou (ii) de ingresso da Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, a não realização do registro poderá dificultar, respectivamente, (a) a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário e (b) a comprovação da validade da cessão perante terceiros, prejudicando assim o processo de recebimento e de cobrança dos Direitos de Crédito em questão e afetando adversamente o resultado do Fundo.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pela Custodiante, pela Gestora, pela Consultora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, com base na respectiva Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Risco de Concentração. O risco da aplicação no Fundo possui forte correlação com a concentração da Carteira do Fundo, sendo que, quanto maior for a concentração da Carteira do Fundo, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Risco Relacionado à Emissão de Novas Cotas. O risco de diluição dos direitos políticos dos titulares de Cotas relaciona-se à emissão de novas Cotas, sem consulta, aprovação prévia ou concessão de direito de preferência para subscrição de Cotas para os titulares das Cotas da mesma série ou classe que já estejam em circulação na ocasião. Assim, haverá risco de modificação de relação de poderes especificamente para as matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral, cujo quorum exigido para aprovação não se restrinja à Cotas de determinada série ou classe de Cotas.

Risco de Perecimento ou Roubo de Veículo. Para a celebração das operações de crédito em microfinanças não se exige que o veículo dado pelo Devedor em garantia da operação tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à possibilidade de localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia aos Direitos de Crédito cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

Resgate por meio de Dação em Pagamento dos Ativos Integrantes de sua Carteira. No caso de ocorrência da hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos de Crédito e ao risco de inexistência de mercado secundário, aos Cotistas poderão incorrer custos de custódia dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento das ações judiciais que originaram os respectivos Direitos de Crédito e despesas processuais.

Outros Eventuais Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, inclusive, mas não se limitando à criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE ATUAÇÃO DA CEDENTE

AS SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE E O MICROCRÉDITO – SCMEPP

As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte e o Microcrédito (as “SCMEPP”) consistem em instituições financeiras reguladas pelo BACEN e têm por objetivo realizar operações de crédito de pequena monta a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, visando à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial. É vedado às SCMEPP captar diretamente recursos junto ao público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas.

Sua criação se deu em 1999, por meio da edição da Medida Provisória nº 1.894-19/1999, posteriormente convertida na Lei 10.194/2001, sob o nome de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM). A primeira norma a regular as SCMEPPs foi a Resolução BACEN 2.627/1999, que estabelecia limites mínimos de capital realizado e Patrimônio Líquido de R\$100 mil; limite de diversificação de risco de, no máximo, R\$10 mil por cliente; impedia a contratação de depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou depositária; e obrigava sua atuação restrita à região definida em seu estatuto social.

Em julho de 2001, a Resolução BACEN 2.627/1999 foi revogada pela Resolução BACEN 2.874, que, entre suas novidades, terminou com a regra de limitação da área de atuação; e permitiu a criação de Postos de Atendimento ao Microcrédito (PAM) que poderiam ser instalados em qualquer localidade por instituições financeiras que operassem atividades de crédito. Os PAMs consistem em dependências das SCMEPP, podendo ser fixos ou móveis, permanentes ou temporários, admitindo-se a utilização de instalações cedidas ou custeadas por terceiros.

A denominação de SCM foi alterada em maio 2008, por meio da Resolução BACEN nº 3.567, passando as sociedades a adotar a denominação atual.

DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO

A Cedente formaliza as operações de crédito com seus Devedores por meio de Cédulas de Crédito Bancário. As Cédulas de Crédito Bancário são títulos de crédito regulamentados pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 (a “Lei 10.931/04).

As Cédulas de Crédito Bancário, previstas na Lei 10.931/04, Artigos 26 a 45, são títulos de crédito emitidos por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade. A instituição credora deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão de cédula de crédito bancário em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiros.

No que tange as garantias inerentes à emissão da Cédula de Crédito Bancário, dispõe o Artigo 27 da Lei 10.931/04 que esta poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída. A garantia constituída será, no entanto, especificada na Cédula de Crédito Bancário, observadas as disposições do Artigo 27 e da legislação comum ou especial aplicável.

Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: (i) os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação; (ii) os critérios de atualização monetária ou de variação cambial como permitido em lei; (iii) os casos de ocorrência de mora e de incidência das multas e penalidades contratuais, bem como as hipóteses de vencimento antecipado da dívida; (iv) os critérios de apuração e de ressarcimento, pelo emitente ou por terceiro garantidor, das despesas de cobrança da dívida e dos honorários advocatícios, judiciais ou extrajudiciais, sendo que os honorários advocatícios extrajudiciais não poderão superar o limite de dez por cento do valor total devido; (v) quando for o caso, a modalidade de garantia da dívida, sua extensão e as hipóteses de substituição de tal garantia; (vi) as obrigações a serem cumpridas pelo credor; (vii) a obrigação do credor de emitir extratos da conta corrente ou planilhas de cálculo da dívida, ou de seu saldo devedor, de acordo com os critérios estabelecidos na própria Cédula de Crédito Bancário, observado o disposto em lei; e (viii) outras condições de concessão do crédito, suas garantias ou liquidação, obrigações adicionais do emitente ou do terceiro garantidor da obrigação, desde que não contrariem as disposições desta Lei.

A Cédula de Crédito Bancário deve conter os seguintes requisitos essenciais: (i) a denominação "Cédula de Crédito Bancário"; (ii) a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível no seu vencimento ou, no caso de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito bancário, a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, correspondente ao crédito utilizado; (iii) a data e o lugar do pagamento da dívida e, no caso de pagamento parcelado, as datas e os valores de cada prestação, ou os critérios para essa determinação; (iv) o nome da instituição credora, podendo conter cláusula à ordem; (v) a data e o lugar de sua emissão; e (vi) a assinatura do emitente e, se for o caso, do terceiro garantidor da obrigação, ou de seus respectivos mandatários.

Quanto à transferibilidade da Cédula de Crédito Bancário, a lei determina que é transferível mediante endosso em preto, ao qual se aplicarão, no que couberem, as normas do direito

cambiário, caso em que o endossatário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, poderá exercer todos os direitos por ela conferidos, inclusive cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada na Cédula de Crédito Bancário.

No tocante à constituição de garantia da obrigação representada pela Cédula de Crédito Bancário, a lei determina que a garantia da Cédula de Crédito Bancário poderá ser fidejussória ou real, neste último caso constituída por bem patrimonial de qualquer espécie, disponível e alienável, móvel ou imóvel, material ou imaterial, presente ou futuro, fungível ou infungível, consumível ou não, cuja titularidade pertença ao próprio emitente ou a terceiro garantidor da obrigação principal.

Segundo o Artigo 32 da Lei 10.931/04, a constituição da garantia poderá ser feita na própria Cédula de Crédito Bancário ou em documento separado, neste caso fazendo-se, na Cédula de Crédito Bancário, menção a tal circunstância, devendo o bem constitutivo da garantia descrito e individualizado de modo que permita sua fácil identificação.

De forma geral, aplica-se às Cédulas de Crédito Bancário, no que não contrariar o disposto na Lei 10.931/04, a legislação cambial, dispensado o protesto para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR

Os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo deverão obrigatoriamente contar com alienação fiduciária de veículos em garantia. A alienação fiduciária de veículo automotor em garantia, no âmbito do mercado financeiro, está regulada pelo Código Civil nos artigos 1361 e seguintes; pela Lei nº 4.728/65, no artigo 66-B; pelo Decreto-lei nº 911/69, nos artigos 2º e seguintes; e pela Resolução CONTRAN nº 159/04.

O contrato de alienação fiduciária consiste na transmissão da propriedade resolúvel de um determinado bem, direito ou título pelo devedor ao credor com o fim de garantir a sua dívida (artigo 1361, caput, do Código Civil e art. 66-B, caput, da Lei nº 4.728/65). O artigo 1361, §1º do Código Civil prevê que a propriedade fiduciária constitui-se, especificamente nos casos de alienação fiduciária de veículos automotores em garantia de operações financeiras de microfinanças, mediante o registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

O registro é elemento indispensável para a constituição do direito real do fiduciante sobre o bem, uma vez que sem ele ter-se-á apenas um direito de crédito. Constituída a propriedade fiduciária, ocorre o desdobramento da posse do bem, ficando o credor com a posse indireta e o devedor com a posse direta (artigo 1361, §2º do Código Civil). Até o vencimento da dívida, o devedor pode usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, como seu depositário,

devendo empregar na sua guarda a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor se não pagar a dívida no vencimento (artigo 1363 do Código Civil).

Os artigos 1361 e seguintes do Código Civil autorizam a alienação fiduciária de coisa móvel infungível a qualquer pessoa. Assim, tal forma de garantia não está mais limitada às entidades integrantes do sistema financeiro, como ocorria nos termos do revogado art. 66 da Lei 4.728/65, antes da vigência do novo Código Civil.

Desse modo, o Fundo pode ser cessionário dos Direitos Creditórios, assim como de sua garantia. A Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN (a “Resolução 2.907/01”), que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, dispõe em seu art. 2º, inciso I, que nas operações de créditos realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios devem-se observar as disposições da Resolução CMN nº 2.686/2000.

Por sua vez, a Resolução CMN nº 2.686/2000 prevê em seu art. 2º, inciso III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam na transferência, à cessionária, dos contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução.

De acordo com o já mencionado artigo 1.361, § 1º do Código Civil, o contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor somente terá eficácia contra terceiros a partir do seu registro (nos termos dos artigos 1º e seguintes da Resolução CONTRAN nº 159/04) no órgão competente para o licenciamento do Veículo Automotor, a saber, o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, onde o veículo automotor estiver registrado (art. 130 do Código de Trânsito Brasileiro), que deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário (art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro).

Desse modo, o registro do contrato de alienação fiduciária é imprescindível, tanto para a constituição da propriedade fiduciária sobre o bem quanto para ele ter eficácia contra terceiros. Antes do vigente Código Civil e da Lei 10.931/2004, era a Lei 4.728/65 que disciplinava o modo de se dar eficácia contra terceiros aos contratos de alienação fiduciária. O art. 66, §1º desta Lei, cuja redação foi dada pelo Decreto-lei nº 911/69, previa que o contrato em questão só geraria efeitos contra terceiros caso fosse registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor. Além disso, o §10 desse mesmo dispositivo legal, que foi introduzido também pelo Decreto-lei nº 911/69, dispunha que a alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do automóvel.

Assim, eram necessários o registro do contrato no Cartório de Títulos e Documentos e a transcrição da alienação fiduciária no Certificado de Registro do Veículo Automotor. A esse respeito, a Súmula nº 92, do Superior Tribunal de Justiça, previa que: “A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do Veículo Automotor.”. Contudo, a Lei 10.931/2004 revogou os arts. 66 e 66-A da Lei 7.728/65 e

introduziu o art. 66-B, o qual passou a prever apenas algumas regras específicas para a alienação fiduciária no âmbito do mercado financeiro, não fazendo menção alguma a respeito do modo de se dar eficácia contra terceiros ao referido contrato.

Nesse novo contexto legal, a única regra que dispõe expressamente sobre o registro do contrato de alienação fiduciária de veículos automotores em garantia de Operações financeiras de Microfinanças é o mencionado artigo 1361, §1º do Código Civil. Nesse sentido, é necessário o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo automotor e a consequente anotação no CRV para que ele gere efeitos contra terceiros, não sendo mais preciso o registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Paga a dívida pelo fiduciante, extingue-se a propriedade resolúvel do credor sobre o bem, tornando-se o financiado novamente proprietário deste. Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, garantidos pelas referidas alienações fiduciárias, foram constituídos no âmbito do mercado financeiro, sob a disciplina da Lei 4.728/65. Assim, se o financiado não pagar a dívida, poderá o credor adotar os procedimentos previstos no Decreto-lei nº 911/69 para cobrar o seu crédito.

O art. 2º do Decreto-lei nº 911/69 prevê que, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas com alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa alienada fiduciariamente independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda para quitar a dívida e as despesas decorrentes da cobrança, e entregar o saldo ao devedor.

A mora na obrigação decorrerá do simples vencimento do prazo para o pagamento, podendo ser comprovada através de notificação extrajudicial ou de protesto do título.

O proprietário fiduciário do bem, uma vez comprovada a mora, poderá requerer contra o devedor, ou o terceiro que esteja na posse do bem, a busca e apreensão dele, a qual poderá ser concedida liminarmente desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor. Nesse contexto, é importante ressaltar a Súmula nº 72, do Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que: “A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.”.

A Lei 10.931/04 alterou e acrescentou parágrafos ao artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69. Nesse sentido, o §1º deste artigo passou a prever que cinco dias após o cumprimento da liminar a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, devendo, no caso em questão, o órgão executivo de trânsito competente expedir novo CRV em nome do credor ou de terceiro por ele indicado, livre de qualquer ônus da propriedade fiduciária.

No referido prazo de cinco dias, o devedor poderá quitar a dívida, conforme os valores apresentados pelo credor na inicial, situação em que o bem lhe será restituído sem o ônus da propriedade fiduciária. No prazo de quinze dias do cumprimento da liminar, o devedor

poderá apresentar resposta mesmo que tenha pagado o valor apresentado pelo credor na inicial, caso entenda ser este superior ao devido e deseje restituição.

Sistema Nacional de Gravames – SNG

O registro das alienações fiduciárias de veículos em garantia é efetuado por meio do SNG. O SNG é um mecanismo de gerenciamento eletrônico de dados criado para conferir mais segurança, agilidade e confiabilidade ao processo de inclusão e baixa de gravames, como a alienação fiduciária de veículos automotores, com os DETRANs conveniados, na medida em que substitui o documento de papel, por um avançado sistema de comunicação eletrônica via internet, o qual só pode ser acessado por pessoas cadastradas.

O SNG funciona em tempo real, o que significa que as comunicações entre a Cedente, o SNG e os órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária, para efeito da transmissão de informações, são realizadas praticamente ao mesmo tempo em que são inseridas no SNG. Essa simultaneidade depende, todavia, das condições de operação das comunicações entre as partes e do tráfego existente, a cada instante, na rede de teleprocessamento.

Ao ser consultado, o SNG (i) realiza uma busca nos bancos de dados dos DETRANs conveniados, da BINFABRIL – Base de Informações Nacionais de Roubos e Furtos, do DPVAT – Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres e do RNS – Registro Nacional de Seguros, e (ii) concede, logo após, uma resposta a respeito da situação do gravame consultado.

Caso o veículo automotor ainda não esteja registrado, o SNG solicita as informações necessárias ao registro do respectivo gravame. A FENASEG desenvolveu função, no SNG, que permite aos usuários, efetuar a emissão de relatórios diários, semanais e mensais destinados à conferência das informações por ela inseridas ou excluídas.

VISÃO GERAL DO SETOR DE MICROFINANÇAS NO BRASIL

No Brasil, a relação das operações de crédito/Produto Interno Bruto, que alcançou 46,3% em novembro de 2010, se encontra abaixo das necessidades de nossa economia, limitando a capacidade do crescimento de nossa economia. Além da pequena participação, o crédito em geral se mostra muito seletivo, privilegiando grandes empresas, pessoas físicas de maior poder aquisitivo e regiões mais desenvolvidas.

Os números do microcrédito no Brasil ainda são tímido, perto de países como Índia e EUA, mas já são mais de 1 milhão de clientes que fizeram uso desse segmento de crédito, totalizando em carteira mais de 1,2 bilhão de reais.

Diante deste cenário, a indústria de microcrédito tem se apresentado como uma alternativa para a oferta de crédito no país e um elemento importante para cobrir as deficiências do SFN apontadas anteriormente e com condições de promover um choque de capitalismo nas pessoas pobres, permitindo aos sem capital acesso a capital produtivo, conduzindo-as ao caminho da porta de saída estrutural da pobreza; e de provocar mudanças econômicas, pessoais, sociais e políticas. Entretanto, apesar de sua importância e do elevado nível de pobreza do Brasil, as atividades de microcrédito se encontram num estágio muito inferior ao de seu potencial, cujos demandantes giram em torno de 35 milhões de clientes e com dificuldades de massificação. Neste cenário, acredita-se que o Estado deve intervir na regulamentação, criando incentivos adequados visando à dilatação do segmento que se encontra atrofiado, multiplicando o número de agentes e facilitando às camadas mais pobres da sociedade brasileira o acesso ao capital produtivo.

INFORMAÇÕES SOBRE A CEDENTE

A Money Plus SCMEPP Ltda. (a “Cedente”) é uma sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte que tem como objetivo a realização de operações de crédito caracterizadas como microfinanças, tendo como garantia a alienação fiduciária de veículos automotores de propriedade de seus Devedores.

A Cedente atua somente no Estado de São Paulo, havendo realizado nos anos de 2011, 2010, respectivamente 154 e 100 operações de crédito em microfinanças, nos montantes totais de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) e R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). A Cedente foi fundada em 23 de agosto de 1999, tendo atuado como correspondente bancário até julho de 2008 e passou a atuar como instituição financeira a partir de 01 de janeiro de 2010.

A Cedente possui Contratos de Parceria com Empresas Parceiras, que facilitam o atendimento a seus Devedores, de forma a possibilitar uma expansão geográfica sem altos investimentos em infraestrutura.

Carteira de Negócios

Em 31 de março de 2012, a Cedente contava com uma carteira de recebíveis composta por aproximadamente 580 contratos, no valor total de R\$ 2,67 Milhões, composta da seguinte forma:

VALOR FINANCIADO	OPERAÇÕES	REPRESENTATIVIDADE NA CARTEIRA
Até R\$4.000,00	21,17%	12,40%
De R\$4.001,00 a R\$6.000,00	37,23%	33,76%
R\$6.001,00 a R\$8.000,00	29,20%	33,58%
Acima de R\$8.001,00	12,41%	20,26%

PRAZO DAS OPERAÇÕES	OPERAÇÕES	REPRESENTATIVIDADE NA CARTEIRA
12 meses	0,99%	0,74%
18 meses	1,07%	0,93%
24 meses	15,83%	14,29%
30 meses	2,05%	2,10%
36 meses	80,05%	81,94%

RESUMO DE CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES	
Parcela Média:	R\$329,90
Prazo:	33,29 dias
Valor Liberado Médio:	R\$5.882,92*
Carteira Originada Média por Operação:	R\$10.293,00

* Inclui tributos, tarifas e comissões

Quadro de Funcionários

A empresa é dividida em 3 departamentos: (i) análise de crédito com 2 Funcionários; (ii) financeiro e cobrança com 4 Funcionários; e (iii) comercial com 2 Funcionários.

QUADRO SOCIETÁRIO E GESTÃO DA CEDENTE

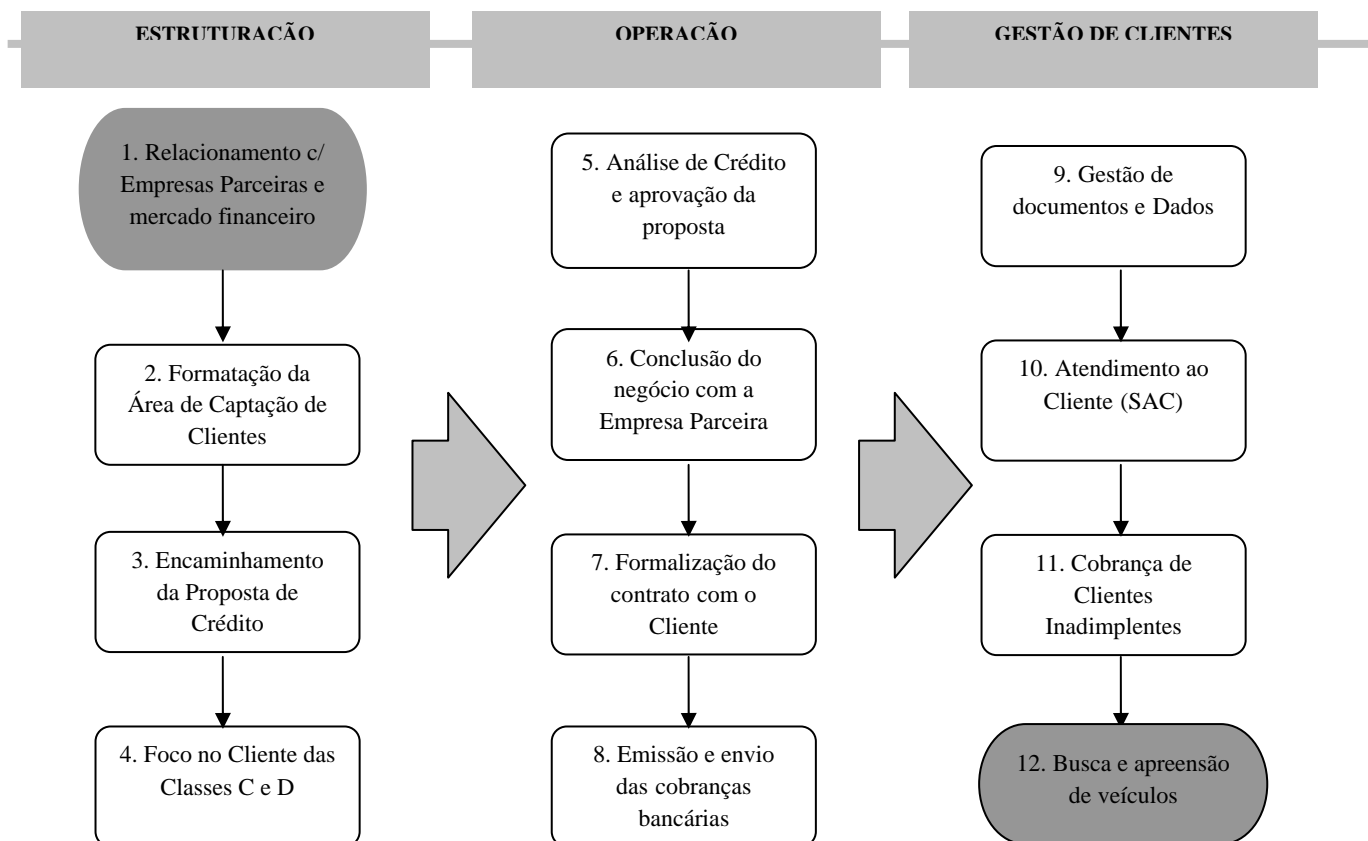
A Cedente é dirigida por Carlos Eduardo Benitez, empreendedor que acumula vasta experiência no mercado financeiro. Carlos Eduardo hoje detém 70% (setenta por cento) do capital social da Cedente.

Com mais de 20 anos de experiência no mercado, sendo 12 deles como diretor da Cedente, Carlos Eduardo foi executivo de instituições como Banco Mercantil de São Paulo, BFB, Banco Safra e Cotia Trading. Na Cotia Trading atuou como Gerente Nacional das operações de varejo e atacado das redes de concessionárias Audi, Chrysler, Mitsubishi, Mazda e BMW.

Carlos Eduardo é economista formado pela PUC/SP e tem especialização em Marketing e Negócios pela UCLA nos Estados Unidos.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Fluxograma da Operação da Cedente



Funcionamento da Operação

A Cedente detém um relacionamento próximo com o mercado financeiro e automotivo, o que possibilitou a celebração de contratos de parceria (os “Contratos de Parceria”) com empresas prestadoras de serviços financeiros (as “Empresas Parceiras”) que atuam de forma regionalizada, facilitando sua expansão geográfica sem necessidade de investimentos em infraestrutura.

Organização da Área de Captação de Clientes

As Empresas Parceiras, após firmarem Contrato de Parceria com a Cedente, passam a cadastrar possíveis Clientes em sua região, que deverão ser apresentados para a Cedente para sua aprovação e posterior encaminhamento de proposta de crédito (a “Proposta de Crédito”).

Originação e Seleção das Propostas de Créditos

Após o encaminhamento de Proposta de Crédito, a Empresa Parceira efetua uma pré-análise da proposta baseada na Política de Crédito fornecida pela Cedente (a “Política de Crédito Money Plus”).

Cliente

O cliente (o “Cliente”) pretendido pela Cedente pertence às classes sociais C e D, cuja renda mensal familiar situa-se entre R\$800,00 (oitocentos reais) e R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais). Tais classes sociais, geralmente, efetuam operações de crédito em microfinanças em torno de \$6.000,00 em um prazo de 12 e 36 meses. O pagamento mensal gira em torno de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Operacionalização da Análise de Crédito

A Empresa Parceira encaminha a proposta de crédito preenchida e pré-analisada, via fax ou por e-mail, para a mesa de crédito da Cedente. A proposta é cadastrada, e são consultados os serviços de proteção ao crédito, ACSP e Serasa (os “Serviços de Proteção ao Crédito”, “ACSP” e “SERASA”, respectivamente). Após a proposta ter atendido os requisitos da Política de Crédito é encaminhada ao analista para serem checados, via banco de dados e contatos telefônicos, a veracidade e o porte das informações.

O analista encaminha a proposta de crédito com seu “favorável à aprovação” para o Gerente da Mesa de Crédito que dará seu parecer final a ser comunicado à Empresa Parceira.

Conclusão do Negócio

A Empresa Parceira encaminha seu representante ao Cliente interessado em uma operação de crédito em microfinanças munido do contrato a ser assinado e do laudo de vistoria a ser preenchido. O representante, baseado nas informações da Aprovação de Crédito (a “Aprovação de Crédito”) solicita os documentos necessários ao cliente para confirmação dos dados verificados na proposta de crédito e efetua a vistoria do veículo a ser dado em garantia na operação. Após a certificação da veracidade das informações, são celebrados os documentos relacionados a operação e o negócio é concluído.

Formalização dos Documentos e Pagamento

A Empresa Parceira encaminha os documentos para a Cedente, que efetua novamente a vistoria nos documentos, nas assinaturas e confirma com o Cliente, via telefone, os dados da operação.

Após a conclusão da área de formalização o processo é encaminhado para o departamento financeiro que registra junto ao serviço eletrônico (a “MEGADATA”) do Detran (o “DETRAN”) a restrição financeira (a “Reserva de Domínio” ou “Alienação Fiduciária”) que

constará no documento do veículo dado como garantia. Após a inclusão da restrição financeira (SNG) serão efetuados o pagamento do valor financiado e das devidas comissões relativas à operação.

Emissão de Cobrança Bancária

O departamento financeiro da Cedente é responsável pela emissão da cobrança bancária que é feita através de carnê com o número de boletos correspondente ao prazo do contrato firmado entre a Cedente e o Cliente. Esta cobrança é emitida através dos bancos Bradesco e Itaú.

Armazenamento dos Documentos

Todos os contratos firmados entre Cedente e seus Clientes e seus respectivos documentos são digitalizados e seus originais armazenados em armários cofre de segurança evitando extravios.

Atendimento ao Cliente

A Cedente está pronta para atender seus Clientes em qualquer dúvida ou reclamação, colocando ao seu dispor todos os nossos funcionários em seus respectivos departamentos em atenção para solucionar os questionamentos no menor tempo possível. Além disso, a Cedente conta com uma ouvidoria através de um número “0800”, conforme determina o BACEN.

Cobrança de Clientes Inadimplentes

O Cliente com sua parcela atrasada deve se tornar uma voz positiva em relação ao Cedente, portanto, é entendido que Clientes com atraso até 30 dias tiveram um pequeno desvio em suas contas no mês.

Clientes com atrasos acima de 30 dias terão seus nomes incluídos com registro de pendência financeira nos serviços de proteção ao crédito.

Clientes com atrasos acima de 30 dias e até 60 dias serão encaminhados para o escritório de cobrança extrajudicial, parceiro da Cedente, onde o Cliente será atendido por profissionais especializados em cobrança.

Após 60 dias de atraso o Cliente terá sua parcela protestada e seu contrato encaminhado para cobrança judicial, onde o departamento jurídico da Cedente definirá os procedimentos corretos a serem tomados até o momento de busca e apreensão do veículo gravado.

Destinação dos Veículos Recuperados por meio de Busca e Apreensão

Os veículos dados em garantia de operações que se encontrem inadimplentes, que são apreendidos ou que são recebidos em devolução amigável pelos Devedores, são oferecidos

em forma de leilão, a revendedores de veículos cadastrados pela Cedente, vencendo o maior valor ofertado. Esse processo é documentado em cartas de oferta de compra e apresentados ao cliente caso seja solicitado.

Caso o veículo seja vendido e o valor recebido ultrapasse o valor da dívida, a diferença é devolvida ao Cliente; caso o valor recebido seja menor do que a dívida, o Cliente deverá pagar a diferença ou permanecerá com seu nome registrado em débito no serviço de proteção ao crédito.

A Consultora conduzirá, sob a coordenação do Custodiante, o processo de cobrança do Cliente referente ao valor residual resultado da venda do veículo apreendido e o valor devido à Cedente. Este valor será pago diretamente na conta do Fundo.

POLÍTICA DE CRÉDITO

Objetivo

A política de crédito tem por objetivo definir níveis de aprovação e concessão de crédito pela Cedente aos Clientes com relação as operações de crédito em microfinanças, bem como estabelecer procedimentos para análise e aprovação.

A Cedente deverá observar a política de crédito estabelecida no Anexo III do Regulamento, na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo, sendo que caso não seja possível à Consultora certificar a aplicação da referida política pela Cedente, a Consultora deverá aplicá-la em relação a cada Devedor de Direitos de Crédito que venham a ser oferecidos ao Fundo, previamente à aquisição dos mesmos.

Aplicação

As orientações aqui contidas devem ser aplicadas na avaliação e na concessão de crédito a todos os Clientes para os quais a Cedente concedeu crédito.

Política de Concessão de Crédito

Limites de Crédito

Os limites de crédito deverão ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado à Cedente e/ou aos seus Clientes. Os limites de crédito deverão ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços ou por alteração na política macroeconômica do país, em especial a política de crédito e juros.

O valor máximo atual de crédito é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser concedido pela Mesa de Crédito e somente para automóveis precificados pela Tabela Molicar acima deste valor, com exceções concedidas mediante autorização da gerência.

Análise de Crédito e Critérios de Avaliação de Risco de Crédito

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas. Os órgãos de proteção ao crédito consultados são o SPC e/ou SERASA e o Credit Bureau, com resposta N/C – Nada Consta. Caso haja restrições recentes ou qualquer tipo de restrição ou pendência bancária, a proposta será recusada automaticamente, exceções feitas às pendências com contas de consumo de até R\$ 200,00 (duzentos reais).

(a) Confirmações e Procedências

Para a confirmação dos dados informados pelo tomador de crédito deverão ser indicados um telefone fixo do trabalho, um de residência e referências, sendo 2 referências familiares ou 1 referência familiar e 1 referência de vizinho com endereço na mesma rua.

Nos casos de autônomos e informais, serão necessários apresentação de um telefone fixo de residência em nome do tomador do crédito e/ou familiar de 1º grau (pai/mãe/irmãos, avós ou esposa, caso seja casado) e duas referências, uma referência familiar e uma de vizinho com endereço na mesma rua.

Além das referências acima listadas (tempo de conta, se poupança ou corrente, se possui movimentação/ correntista, desde quando). Mínimo de 1 ano de conta aberta.

(b) Tempo de Emprego

Mínimo de 01 (um) ano ou 06 (seis) meses, com no mínimo de 01 ano no emprego anterior.

(c) Tempo de Conta – Corrente

Mínimo de 01 (um) ano, data de abertura da conta (para autônomos e informais) e no mínimo de 06 (seis) meses para assalariados.

(d) Tabela de Comprometimento de Renda, Prazos e Percentuais:

- (i) Nacionais Passeio: Até 27 anos, em até 36 meses, com 70% do Bem (TABELA MOLICAR) e o valor da parcela não deve ultrapassar 3,5 o valor da renda;

(ii) Nacionais Passeio: Até 17 anos, em até 36 meses, com 75% do bem (TABELA MOLICAR) e o valor da parcela não deve ultrapassar 3,5 o valor da renda;

(iii) Nacionais Passeio: Até 8 anos, em até 48 meses, com 80% do Bem (TABELA MOLICAR) e o valor da parcela não pode ultrapassar 3,5 o valor da renda; e

(iv) O valor do veículo é atribuído com base na cotação da Tabela emitida mensalmente pela Molicar.

Não são aceitos como garantia de operações de crédito veículos destinados a transporte público de passageiros, como: Ônibus, Micro Ônibus, Kombi e Topic.

Consultas Obrigatórias

Devem ser efetuadas no ato da celebração da operações de crédito em microfinanças.

(a)Tipos de Consultas

Efetuar a(s) consulta(s) ao(s) Órgãos de Proteção, sendo que para a aprovação do crédito, a resposta deverá ser N/C (Nada Consta).

Qualquer apontamento de restrições, como RD (Registro de Débito), TP (Título Protestado) e/ou cheques devolvidos, deverão ser esclarecidos e apresentadas às devidas regularizações através de documentos hábeis e legais, dependendo do caso. Caso as regularizações não sejam demonstradas, o crédito será recusado.

(b)Prazo de validade das Consultas

A validade das consultas será de 15 (dez) dias corridos.

(c)Prazo de validade das Propostas

A validade das propostas deverá ser de 15 (quinze) dias corridos, após este prazo a proposta deverá ser analisada novamente.

Confirmações, Procedências e Sindicâncias in loco

(a)Confirmações

É obrigatória a apresentação de telefones fixos, mediante confirmação e procedência efetuadas no ato da celebração das operações de crédito em microfinanças, como segue:

- (i) assalariado e demais Ocupações: apresentar 01 (um) telefone fixo (trabalho e residência) com procedência de 02 (duas) referências com telefone fixo residencial;
- (ii) autônomos e informais: apresentar 01 (um) telefone fixo (Residência) com procedência e no mínimo 02 (duas) referências, com telefone fixo residencial com procedência vizinho e familiar; e
- (iii) as referências somente serão válidas quando forem próximas ao endereço do cliente, de preferência na mesma rua.

(b)LT (Local de Trabalho)

Mediante telefonema para a empresa (RH – Recursos Humanos / DP – Departamento Pessoal) que confirme: nome completo do funcionário, data de admissão, cargo, salário e, se possível, o endereço residencial completo (rua, bairro, cidade, estado, CEP e telefone).

(c)Tempo de Emprego

Exige-se, no mínimo, um ano de trabalho na empresa atual, em qualquer situação. Se menos de um ano, considerar, no mínimo, 06 (seis) meses no atual emprego, desde que possua mais de um ano no emprego anterior – LTA (Local de Trabalho Anterior), com intervalo máximo entre o atual e o anterior de três meses.

(d)LR (Local de Residência)

Mediante telefonema para a residência que confirme os dados cadastrais: nome completo, idade, tempo de residência, endereço completo (rua; bairro; cidade; estado; e CEP) e, se possível, atividade e renda, podendo o informante ser parente de primeiro grau, tais como, pai/ mãe, marido/esposa, irmão/ irmã.

(e)Tipo de Residência

Não será concedido crédito para residentes em pensões, alojamentos, albergues, terrenos Invadidos, e residências funcionais para autônomos.

(f)Procedência

Considerar procedente, quando o telefone informado constar por nome ou endereço do Devedor ou parente de primeiro grau, como: pai/mãe, marido/esposa, irmão/irmã, direto no sistema ou, auxílio à Lista (102) ou usefone.

Nos casos de telefones de recados ou referências, devem constar em nome e endereço da pessoa informada para confirmar os dados do Devedor.

(g)Sindicância

É a confirmação de dados do cliente efetuada através da utilização de telefones vizinhos, na mesma rua do cliente, em números de residências ou empresas diferentes daqueles apresentados no cadastro.

(h)Verificação In Loco (quando solicitada)

O objetivo da informação “In Loco” é evitar fraudes (empresas fantasmas e/ou moradias inexistentes) ou verificar se o porte dessas empresas correspondem ao perfil e informações do cadastro, ou sempre que houver “dúvidas” sobre a veracidade das informações prestadas.

(i) Referência

Deverão ser efetuadas, para reforçar a análise ou por solicitação do comitê de crédito, independente da categoria profissional, observando os seguintes critérios:

(j) Referência Bancária

Mediante telefonema no Banco/Agência onde o cliente possuir conta corrente, confirmando com o gerente da conta, o nome completo do cliente, o tempo mínimo de abertura da conta corrente de 06 (seis) meses, se cheque comum ou especial, se possui aplicações etc. Caso seja autônomo o tempo mínimo de abertura será de um ano.

(k)Referências Pessoais

Mediante telefone em residências de parentes, amigos e vizinhos, que residam próximos ao cliente (mesma rua ou, no mínimo, mesmo bairro) e que confirmem: nome e endereço completo (rua, bairro, cidade, estado, CEP), tempo de residência e, se possível, que atividade o cliente exerce.

(l) Referência Comercial (Clientes e/ou Fornecedores),

Em caso de ser autônomo e proprietário de empresa, essa referência será conduzida mediante telefonema junto às empresas (clientes ou fornecedores), confirmando nome e endereço completo (rua, bairro, estado, CEP), há quanto tempo é cliente, se compra com frequência, valor médio de compras e situação atual (em dia ou em atraso).

(m) Referências do local de trabalho

Mediante telefonema na empresa (RH – Recursos Humanos / DP –Departamento Pessoal) que confirme o nome completo do funcionário, data de admissão, cargo, salário e se possível, o endereço residencial completo (rua, bairro, cidade, estado, CEP e telefone).

Reabilitação de Crédito e Formas de Pagamento

(a)Passagens

CV – será aceito até 03 (três) passagens. O crédito deverá ser recusado quando possuir no trimestre mais que três passagens.

Nunca serão liberados créditos para tomadores de crédito com apontamento de restrições não regularizadas ou regularizadas através de acordo.

Alçada Comercial

Somente quando não houver consenso entre a área de crédito e a área comercial, no tocante à aprovação das propostas e desde que não sejam infringidos os itens abaixo:

- (i) respeitar os limites de prazos das operações de crédito em microfinanças e ano de uso, por tipo de veículo, bem como limites de idade do Devedor, veículos não autorizados e as recomendações para confirmações com procedências;
- (ii) sem restrições nos Órgãos de Proteção ao Crédito e no nosso cadastro;
- (iii) cotação do veículo não pode ser superior a Tabela Molicar ou Fipe; e
- (iv) não poderá ocorrer aprovação comercial antes que seja dado o parecer final e contrário da área de crédito.

(b)Pagamento

Para que o pagamento seja realizado no mesmo dia será necessário que toda a documentação seja encaminhada via fax até às 14h00min, caso contrário o pagamento só estará disponível no dia seguinte.

Para pagamento, terão que ser enviados as documentações conforme casa caso, variando de acordo com a classe do tomador do crédito (assalariado, autônomo, empresário, etc)

Para a formalização do contrato, não serão concedidas alçadas de abono para documentos de identificação, comprovante de renda de acordo com a categoria

profissional, comprovante de residência, Nota Promissória, contrato, vistoria, decalque do chassi e cadastro da loja.

O não cumprimento dos itens acima suspende de imediato o pagamento de qualquer operação de crédito em microfinanças aprovado, independente da alçada.

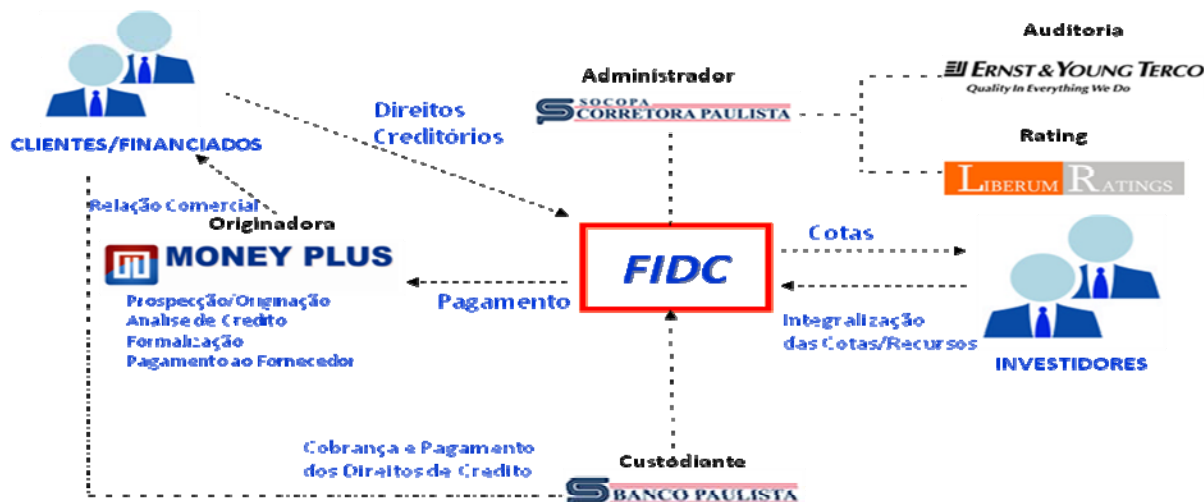
O pagamento do valor referente ao crédito cedido em decorrência da operação de crédito em microfinanças deverá ser efetuada em nome do Devedor. Quando não possuir conta corrente, o Cliente tomador do crédito poderá autorizar a transferência do valor em conta de parentes de 1º grau, mediante carta de autorização.

DIREITOS CREDITÓRIOS E FLUXO DA OPERAÇÃO

FLUXOGRAMA DO FUNDO



2. Estrutura de Funcionamento



DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo tem por objetivo adquirir Direitos de Crédito decorrentes de operações de crédito e microfinanças, cujos contratos tenham como garantia veículos automotores, devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), sendo os créditos em questão garantidos por alienação fiduciária do próprio bem. Os Direitos Creditórios serão representados por Cédulas de Crédito Bancário, sendo que cada parcela devida sob a cédula de crédito bancário será considerada individualmente um Direito de Crédito.

Dentre os critérios a serem adotados na seleção de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo destaca-se: a dívida correspondente aos Direitos de Crédito deverá corresponder a no máximo 35% (trinta e cinco por cento) das rendas do Devedor e do avalista, consideradas conjuntamente, com as parcelas do Direito de Crédito em questão; (ii) O valor do veículo dado em garantia dos Direitos de Crédito deverá corresponder a no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do valor do Direito de Crédito; (iii) os Direitos de Crédito terão taxa de juros pré-fixadas.

CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Termo de Cessão. O Contrato de Cessão e cada respectivo Termo de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretratável. Para mais informações acerca dos Contratos de Cessão, dos Termos de Cessão e da forma como se operam as cessões, veja a Seção “Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo” deste Prospecto.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Em garantia do cumprimento da quantia devida pelos Devedores e sem prejuízo de qualquer outra garantia que venha a ser dada, poderá assinar a Cédula de Crédito Bancário avalista, o qual, se houver, é solidariamente responsável com o respectivo Devedor pelo pagamento do principal, encargos e demais cominações que venham a incidir sobre a mesma, que sejam moratórias ou compensatórias, financeiras ou fiscais, despesas de cobrança, custas e honorários advocatícios e tudo o mais que fique a dever por força da respectiva cédula.

A Cedente poderá considerar antecipadamente vencida qualquer Cédula de Crédito Bancário, tornando-se imediatamente exigível o pagamento de todos os valores devidos pelo respectivo Devedor, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- (a) se o Devedor deixar de pagar, em seu vencimento, qualquer quantia devida por força da Cédula de Crédito Bancário;
- (b) se for movida contra o Devedor ou avalista, se houver, medida de qualquer caráter, inclusive alimentícia, que possa afetar direitos creditórios devidos à Cedente;
- (c) se o Devedor ou avalista, se houver, se tornar insolvente ou entrar em estado de liquidação, sofrer protestos de qualquer título ou vier a falecer ou ocorrer mudança de seu domicílio sem a devida comunicação à Cedente;
- (d) se o Devedor ou o avalista, se houver, propuser qualquer medida judicial contra a Cedente, configurando, assim, a quebra de relacionamento comercial entre as partes;
- (e) se, por qualquer ato do Devedor ou avalista, se houver, forem alteradas as condições iniciais, quer sejam com relação às garantias oferecidas, dados contábeis, societários, dentre outros, que tenham sido informados e constatados quando da concessão do crédito decorrente da respectiva Cédula de Crédito Bancário; ou

(f) se ficar apurada a falsidade de documentos, de qualificação ou de dado cadastral do Devedor ou do avalista, se houver, que induza a erro ou à indevida concessão do crédito.

Qualquer quantia devida por algum Devedor, por força da celebração de Cédula de Crédito Bancário, vencida e não paga, é considerada automaticamente em mora, ficando o débito sujeito, do vencimento ao efetivo pagamento, ao acréscimo de multa sobre o valor de cada parcela vencida, além de juros compensatórios a título de comissão de permanência, a qual será a mesma da maior taxa vigente para contratações de operações ativas na data da liquidação respectiva, além das despesas de cobrança, custas judiciais e extrajudiciais e honorários advocatícios sobre o total do débito em caso de cobrança administrativa/judicial.

Nos termos das Cédulas de Crédito Bancário, os Devedores são obrigados a manter, às suas expensas, os bens dados em garantia da Cédula de Crédito Bancário, segurados contra risco de fogo, roubo ou danos físicos, inclusive contra terceiros, por quantia não inferior ao valor da garantia, devendo nas respectivas apólices constar a Cedente como beneficiário da indenização em decorrência do sinistro.

DOS PROCEDIMENTOS DE ARRECAÇÃO E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O recebimento dos direitos de crédito é realizado por meio de serviço de cobrança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco Itaú Unibanco S.A. Quando da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo a Consultora de Crédito emite e encaminha aos respectivos devedores os boletos bancários relativos aos Direitos Creditórios por eles devidos, conjuntamente com notificação acerca da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Referidos boletos bancários são pagos pelos devedores junto à rede bancária, sendo os recursos relativos aos pagamentos depositados automaticamente nas contas de arrecadação mantidas pelo Fundo nos Banco Bradesco S.A. e ao Banco Itaú Unibanco S.A. (as “Contas de Arrecadação”). O Custodiante do Fundo monitora diariamente as Contas de Arrecadação e procede a transferência dos recursos nela depositados para a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante.

Na hipótese de inadimplemento dos pagamentos, o Custodiante, por meio da Consultora de Crédito, procede à cobrança dos devedores de acordo com o procedimento descrito neste Prospecto.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Com relação aos Direitos de Crédito Cedidos e Ativos Financeiros, a Gestora e a Consultora deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos no

Regulamento e no Contrato de Cessão:

- (a) o total de Direitos de Crédito Cedidos, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observado o disposto especificamente nas alíneas abaixo;
- (b) o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) o total de Direitos de Crédito adquiridos da Cedente poderá representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em qualquer data de verificação, observados os limites estabelecidos para direitos de Crédito que contem com coobrigação de pagamento por parte dos respectiva Cedente estabelecidos no Regulamento.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por elas direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a elas ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

A *Duration* da carteira de Direitos de Crédito Cedidos calculado de acordo com a fórmula a seguir deverá ser menor ou igual a 690 (seiscentos e noventa) dias.

$$D = \frac{(C1 \times d1) + (C2 \times d2) + (Cn \times dn)}{C1 + C2 + Cn}$$

Sendo:

D = Duration

C = Valor presente do Direito de Crédito Cedido na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de juros nele estabelecida, ou na ausência desta, a taxa de desconto utilizada em sua aquisição pelo Fundo.

d = Número de dias corridos restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Sem prejuízo do limite de Duration estabelecido no Regulamento, a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo deverá observar a proporção entre o valor deste e as datas programadas para pagamento de amortizações e resgates das Cotas, de modo que a parcela dos recursos no

montante equivalente a cada uma das Datas de Amortização Programadas e Datas de Resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino em circulação (as “Datas de Amortização Programadas” e as “Datas de Resgate das Cotas Subordinadas Mezanino”) em circulação, seja alocada em (i) Direitos de Crédito ou (ii) Ativos Financeiros que não gozem de liquidez diária com data de vencimento anterior à Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate em questão, permitindo a formação da Reserva de Amortização e Resgate a ela relativa, nos termos do Artigo 47 do Regulamento.

O Contrato de Cessão de Direitos de Crédito deverá conter cláusula que estabeleça a obrigação da Cedente de recomprar os Direitos de Crédito por ela cedidos caso se verifique a ocorrência das hipóteses estabelecidas no Anexo V do Regulamento.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

As operações de cessão de Direitos de Crédito deverão ser objeto de registro, pela Cedente e pelo Fundo, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN, nos termos estabelecidos na Resolução CMN 3.998.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo são:

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam Devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 30 dias;
- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- (c) a aquisição dos Direitos de Crédito deverá ter sido previamente aprovada pela Consultora, mediante envio à Custodiante de aviso contendo informações sobre o Devedor, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito em questão.

O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito representados por warrants, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, aos quais se refere o Parágrafo 8º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações a eles inerentes, observados:

- (a) os demais termos e condições do Regulamento;
- (b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- (c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento; e
- (d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV do Regulamento.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

INADIMPLENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Conforme determina a Instrução CVM 489, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado, uma provisão para perdas, a ser calculada nos termos estabelecidos a seguir. A perda por redução no valor de recuperação será mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado, calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os Direitos de Crédito que tenham sido inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidas, os mesmos

serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então reabilitar ou outorgar poderes para que providenciem a reabilitação do Devedor inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

Histórico de Perdas e Inadimplimentos do Fundo e de Carteira de Direitos de Crédito a Serem por Ele Adquiridos

O Fundo iniciará suas operações de aquisição de Direitos de Crédito por ocasião do recebimento de recursos oriundos da Oferta, de modo que não há histórico acerca do desempenho de sua carteira.

Não obstante, tendo em vista que a totalidade dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo provém de uma única Cedente, e que a carteira da Cedente tem apresentado características uniformes desde janeiro de 2010, estima-se que a carteira do Fundo venha a ter comportamento semelhante ao comportamento da carteira da Cedente. Assim, apresenta-se a seguir informações acerca do histórico de inadimplência e pré-pagamento da carteira da Cedente nos períodos a seguir indicados.

HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA DA CEDENTE						
	PERÍODO FINDO EM 31/12/2010		PERÍODO FINDO EM 31/12/2011		PERÍODO FINDO EM 30 DE MARÇO DE 2012	
Créditos Vencidos	R\$ (Mi)	% do PL Carteira da Cedente	R\$ (Mi)	% do PL Carteira da Cedente	R\$ (Mi)	% do Carteira da Cedente
A vencer	856.983,73	99,83	1.835.823,39	95,24	0,00	94,05
Até 14 dias	284,57	0,03	23.046,88	1,20	0,00	1,00
De 15 a 30 dias	189,94	0,02	13.170,85	0,69	0,00	0,87
De 31 a 60 dias	0,00	0,00	19.833,94	1,03	0,00	0,92
De 61 a 90 dias	189,94	0,02	15.622,31	0,81	0,00	0,78
De 91 a 120 dias	189,94	0,02	7.694,99	0,39	0,00	0,63
De 121 a 150 dias	189,94	0,02	3.807,25	0,20	0,00	0,51
De 151 a 180 dias	189,94	0,02	2.255,47	0,12	0,00	0,51
A partir de 180 dias	189,94	0,02	6.235,29	0,32	0,00	0,73
Baixado como Prejuízo	189,94	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido da Carteira da Cedente		100	1.927.490,36	100	0,00	100

HISTÓRICO DE PRÉ-PAGAMENTO DA CARTEIRA DA CEDENTE						
	PERÍODO FINDO EM 31/12/2010		PERÍODO FINDO EM 31/12/2011		TRIMESTRE FINDO EM 30/03/2012	
Crédito Pré-pagos	R\$ (Mi)	% do PL Carteira da Cedente	R\$ (Mi)	% do PL Carteira da Cedente	R\$ (Mi)	% do PL Carteira da Cedente
Até 15 dias	100.607,95	11,72	215.907,57	11,20	240.073,34	11,02
De 16 a 30 dias	17.522,71	2,04	35.345,94	2,03	41.810,25	1,92
Patrimônio Líquido do Fundo	858.407,94	100	1.927.490,3 6	100	2.177.956,3 1	100

Obs. A Money Plus SCM, desde o seu início, não efetuou nenhuma quitação total de contrato, por este motivo não possui pré-pagamento acima de 30 dias.

AUDITORIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Após o início das atividades do Fundo, o Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Direitos de Crédito Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios, com vistas a verificar a sua regularidade.

O auditor contratado pelo Custodiante para tal fim realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das informações fornecidas pela Administradora e/ou pelo Custodiante, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante. O auditor em questão elaborará e enviará à Administradora, à Gestora e ao Custodiante relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos acima referidos.

Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Devedores descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade da Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas, será permitido à Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

A verificação trimestral de Direitos de Crédito por amostragem será realizada de forma aleatória e mediante a aplicação da fórmula descrita abaixo:

$$k = N/n$$

onde:

k = intervalo de retirada, sendo que, a cada “k” elementos, 1 (um) item será retirado para a amostra;

N = tamanho da população; e

n = tamanho da amostra, sendo que: (i) caso o Fundo tenha até 3 (três) Cotistas, a amostra “n” será equivalente a 50 (cinquenta) itens; ou (ii) caso o Fundo tenha mais de 3 (três) Cotistas, a amostra “n” será equivalente a 100 (cem) itens.

POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO

O recebimento dos direitos de crédito é realizado por meio de serviço de cobrança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco Itaú Unibanco S.A. Quando da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo a Consultora de Crédito emite e encaminha aos respectivos devedores os boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito por eles devidos, conjuntamente com notificação acerca da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Referidos boletos bancários são pagos pelos devedores junto à rede bancária, sendo os recursos relativos aos pagamentos depositados automaticamente nas contas de arrecadação mantidas pelo Fundo nos Banco Bradesco S.A. e ao Banco Itaú Unibanco S.A. O Custodiante do Fundo monitora diariamente as Contas de Arrecadação e procede a transferência dos recursos nela depositados para a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante (a “Política de Cobrança”).

Observado o disposto no Artigo 30 do Regulamento o Custodiante deverá proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados.

Na hipótese de a Cedente vir a receber valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo de outra forma que não por meio de disponibilização nas Contas de Recebimento da Cedente, a Cedente deverá transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores e informar a Consultora acerca da transferência, sob pena de em não o fazendo, ficar impedida de realizar novas cessões ao Fundo até a transferência dos recursos em questão. Uma vez informada, a Consultora deverá transmitir a informação à Custodiante até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Além das disposições do Artigo 30, a Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo IV do Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Devedores estejam inadimplentes, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Não obstante o disposto no Parágrafo 4º acima do Artigo 30 do Regulamento, a Custodiante, com anuência expressa do Fundo representado pela Administradora, poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar diretamente a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço, desde que com prévia anuência da Administradora e da Consultora.

Não obstante o disposto no Artigo 30, a Consultora não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo IV nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

A cobrança dos Devedores será feita pela Cedente segundo regras de cobrança descritas a seguir:

- (a) no D zero é confirmado pela Cedente juntos ao Devedor o recebimento de Carnê relativos às novas operações de crédito;
- (b) entre o dia 1 e o dia 5 é feito contato telefônico com o Devedor para alertá-lo do débito;
- (c) após cinco dias, a Cedente toma as seguintes providências;
 - (i) o devedor é alertado com alerta de ação de cobrança. Este contato é realizado via SMS;
 - (ii) caso não haja manifestação do devedor a Cedente solicita apoio da Empresa Parceira responsável; e
 - (iii) caso a Empresa Parceira não consiga contatar o devedor, a Cedente o negativa no ASCP.
- (d) entre o dia 11 e o dia 15 a Cedente toma as seguintes providências;
 - (i) realiza ação de cobrança via contato telefônico e SMS; e
 - (ii) caso o contato seja negativo, é enviada ao devedor carta de cobrança amigável.
- (e) entre o dia 16 e o dia 30, caso a Cedente não obtenha êxito nas cobranças amigáveis, negativa-se o devedor no ACSP, referente a todas as parcelas devidas;
- (f) entre o dia 31 e o dia 45 a Cedente toma as seguintes providências;
 - (i) realiza ação de cobrança via contato telefônico e SMS; e
 - (ii) caso o contato seja negativo, é enviada ao devedor carta de cobrança incisiva.
- (g) entre o dia 46 e o dia 60 a Cedente toma as seguintes providências;
 - (i) realiza ação de cobrança agressiva via contato telefônico e SMS; e

- (ii) caso o contato seja negativo, o devedor é notificado extra-judicialmente.
- (h) entre o dia 61 e o dia 90 a Cedente toma as seguintes providências; e
- (i) realiza ação de cobrança com argumentação jurídica via contato telefônico e SMS; e
 - (ii) proposta de devolução amigável do veículo ou proposta de renovação da operações de crédito em microfinanças.
- (i) por fim, não havendo negociação ou acordo referente às cobranças realizadas anteriormente, a partir do dia 90 a Cedente toma as seguintes providências:
- (i) realiza ação de cobrança com argumentação jurídica via contato telefônico e SMS;
 - (ii) visita ao devedor;
 - (iii) não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor devido e não pago, conforme o procedimento acima previsto, o Cedente iniciará o procedimento de cobrança judicial do contra o devedor, mediante protesto do título de crédito em cartório competente; e
 - (iv) por fim, o caso é encaminhado ao departamento jurídico.

GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito Cedidos serão integralmente garantidos por alienação fiduciária de veículos, em montante correspondente a 100% dos Direitos de Crédito Cedidos. As garantias serão formalizadas individualmente em relação a cada um dos Direitos de Crédito Cedidos, sendo suportadas pelos respectivos devedores, de modo não solidário. Para mais informações sobre as garantias, veja a seção Regulamentação do Setor de Atuação da Cedente.

Adicionalmente, o Cedente está obrigado a recomprar do Fundo os Direitos de Crédito que sejam

- (a) questionamento por qualquer dos Devedores dos Direitos de Crédito Cedidos acerca da existência de qualquer dos Direitos de Crédito Cedidos ou de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pelo Cedente de suas obrigações das quais decorram os Direitos de Crédito Cedidos;
- (b) apresentação, pelo Devedor, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito Cedidos, com fundamento em qualquer ato ou fato de

responsabilidade do Cedente; e/ou

(c)recusa do Devedor em efetuar o pagamento do respectivo Direito Creditório Cedido na sua respectiva data de vencimento, a qualquer título.

O preço de aquisição, pela Cedente, de Direitos de Crédito Cedidos nos termos da, será o montante calculado pela Consultora, que deverá ser equivalente ao valor presente dos Direitos de Crédito em questão, considerada a taxa de desconto utilizada quando da aquisição dos referidos Direitos de Crédito pelo Fundo.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas Mezanino, das duas a primeira a ocorrer, até a liquidação integral das Obrigações do Fundo (as “Obrigações do Fundo”), a Administradora, conforme orientação da Gestora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a)pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b)provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c)devolução, aos titulares das Cotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Cotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Cotas Seniores específica;
- (d) devolução, aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Cotas Subordinadas Mezanino, por meio do resgate ou amortização de Cotas Subordinadas Mezanino; e
- (e)pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas Junior.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito a ser pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula a seguir, especificada nos respectivos Termos de Cessão. Adicionalmente, o preço de aquisição de cada Direito de Crédito deve ser calculado de modo a propiciar ao Fundo, no mínimo, a Taxa Mínima de Retorno equivalente a 1,8 vezes a Taxa DI.

$$PCi = \frac{VNi}{Fator_{ce}} \quad \text{onde:}$$

Pci = Preço de cessão do Crédito “i”

Vni = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

FatorC
E = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ 1 + \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 1,80 \right\}^{Dui}$$

Taxa
DI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição

Dui = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

O FUNDO

O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações de microfinanças contratadas entre a Money Plus SCMEPP Ltda. e seus clientes, formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Bancárias emitidas pelos Devedores, e que sejam garantidas por alienação fiduciária de veículos devidamente amparadas por documentação fiscal hábil (CRV).

Os Direitos de Crédito são representados por Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Devedores que em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, conforme aplicável, sendo que cada parcela devida sob a cédula de crédito bancário, será considerada individualmente um Direito de Crédito.

O Regulamento em vigor foi registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de julho de 2012, sob o n.º 1.682.000.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, acessórios e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos no Regulamento. O Fundo buscará, mas não garante atingir, as Metas de Rentabilidade, e que, uma vez definidas, serão estabelecidas nos respectivos Suplementos de cada classe de Cotas

BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBID

O Fundo tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001 e a Instrução CVM 356. O Fundo é regido ainda pelas disposições do seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para fins da classificação da ANBID, o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios com foco FIDC Financeiro Multicarteira.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento (a “Política de Investimento e Composição da Carteira”).

As Cotas Subordinadas Mezanino terão características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento das Cotas, data de resgate, datas de amortizações programadas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores, a serem estabelecidos nos respectivo Suplementos quando de sua emissão.

A rentabilidade alvo das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo é de 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI. As Cotas Seniores e Subordinadas Junior não têm Meta de Rentabilidade definida.

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações, assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e a Cedente, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC (a “SELIC”), no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento (a “Política de Investimento e Composição da Carteira”).

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e a Cedente, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito. Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação

financeira administrado pela CETIP, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

Caberá à Gestora a definição e implementação da Política de Investimento no que se refere aos Ativos Financeiros, bem como a análise e seleção dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo. A definição e implementação da política de crédito descrita no Anexo III do Regulamento, a análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Títulos de Crédito e da capacidade econômica da Cedente e dos Devedores, caberão à Consultora, contratada pela Administradora em nome do Fundo especificamente para esse fim. Uma vez definidos pela Consultora os Direitos de Crédito que essa entenda passíveis de aquisição pelo Fundo, a Consultora deverá fornecer ao Custodiante a relação dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de Crédito constantes da referida relação atendem às Condições de Cessão (as “Condições de Cessão”) estabelecidas no Capítulo V do Regulamento.

Dentre as Condições de Cessão, os Direitos de Crédito, caso regularmente adimplidos, inclusive considerando-se a hipótese de pré-pagamento com desconto quando esta esteja prevista expressamente no Direito de Crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo, deverão propiciar ao Fundo taxa de retorno maior ou igual à Taxa Mínima de Retorno, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TMR} = 1,8 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:

TMR = Taxa Mínima de Retorno

Não obstante caiba à Consultora a indicação e a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, a Custodiante será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecido no presente Regulamento. Não obstante a diligência da Administradora, da Consultora, da Gestora e da Custodiante para colocar em prática a política de investimento delineada no o Regulamento, a Administradora, a Consultora, a Gestora e a Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito, não será admitida a renegociação das operações de crédito em microfinanças, exceção feita às hipóteses de renegociação das operações de crédito em microfinanças decorrentes de inadimplemento dos Direitos de Crédito Cedidos, a

serem conduzidas pela Consultora nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo IV do Regulamento. Considera-se renegociação das operações de crédito em microfinanças alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação poderá contar com a participação da Cedente caso o Direito de Crédito Cedido tenha sido adquirido com coobrigação deste; a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir da Cedente, conforme o caso: (A) o pagamento do Direito de Crédito em questão; (ii) a recompra do Direito de Crédito Cedido em questão; e/ou (B) o cumprimento dos termos da eventual renegociação.

Sem prejuízo do estabelecido no Parágrafo 6º do Artigo 4º do Regulamento, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus Devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Em caso de pré-pagamento de Direitos de Crédito Cedido, poderá haver concessão de desconto em relação ao valor de face dos Direitos de Crédito Cedido em questão, devendo referido desconto corresponder, no máximo, à diferença entre (a) o valor de face do Direito de Crédito Cedido em questão em sua data de vencimento e (b) o valor presente do Direito de Crédito em questão, calculado nos termos do item “b” do Artigo 52 do Regulamento. A Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito Cedido a ser objeto de pré-pagamento, para a definição da data de pré-pagamento, do eventual desconto a ser aplicado sobre o valor de face do Direito de Crédito Cedido e do montante a ser recebido pelo Fundo. Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pela Custodiante em nome do Fundo.

O Fundo poderá a qualquer tempo ceder a terceiros os Direitos de Crédito Cedidos, aplicando desconto em relação ao valor de face, observado que:

(a) em se tratando de cessão de Direitos de Crédito Cedidos cujo Devedor esteja adimplente com o Fundo a taxa máxima de desconto aplicável na venda dos Direitos de Crédito será a taxa aplicada quando da aquisição dos Direitos de Crédito em questão; e

(b) em se tratando de Direitos de Crédito Cedidos vencidos, ou devidos por Devedor: (a) que esteja inadimplente com o Fundo em outros Direitos de Crédito Cedidos, ou (b) que, de acordo com informações obtidas pela Consultora, esteja em inadimplemento relevante em relação a outros credores, caberá à Consultora estabelecer livremente a taxa de desconto a ser aplicada, com base nos parâmetros praticados pelo mercado para Direitos de Crédito com nível de risco similar.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento.

Na hipótese de realização de emissão de novas Cotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do caput do Artigo 5º do Regulamento, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Cotas.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) títulos de emissão do BACEN;
 - i. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, contratadas com Instituições Autorizadas (as “Instituições Autorizadas”);
 - ii. cotas de fundos de investimento de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem preponderantemente nos ativos listados em “b” e “c” acima; e
 - iii. certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros, sendo que o Fundo deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais ativos. Na hipótese de realização de emissão de novas Cotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Cotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas cotas emitidas.

Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que os valores das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, caso emitidas, serão atualizados nas formas estabelecidas nos Artigos 38 e 39 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, a gestora poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, nos mercados de bolsa de mercadorias e futuros e de balcão, com o objetivo de

proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) da Consultora; (iv) da Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

AS COTAS

As Cotas consistem em frações ideais representativas do patrimônio do Fundo. O Fundo será composto por Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Junior, sendo que a primeira não há programação para a emissão pelo Fundo, sendo certo que a mesma não ocorrerá até o encerramento da oferta de Cotas Subordinadas Mezanino. As Cotas Subordinadas Junior não serão, a princípio, objetos de distribuição pública, sendo subscritas e integralizadas na sua totalidade pela Money Plus SCMEPP Ltda. A Administradora poderá registrar as Cotas para negociação, no mercado secundário, também no mercado de balcão organizado da BM&FBOVESPA. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas. Cada Cota Senior, Subordinada Mezanino ou Subordinada Junior corresponde a 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral. Para mais informações relativas aos direitos dos Cotistas, veja a seção “Características das Cotas” deste Prospecto.

A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Gestora, poderá emitir uma ou mais séries de Cotas Seniores, desde que:

(a)nenhum Evento de Avaliação (o “Evento de Avaliação”) ou Evento de Liquidação (o “Evento de Liquidação”) tenha ocorrido e esteja em vigor;

i.o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;

ii.em se tratando de emissão de Cotas a serem distribuídas por meio de Oferta Pública, seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356;

(b)em se tratando de emissão de Cotas a serem distribuídas por meio de Oferta Pública com esforços restritos, após a realização da oferta, a Administradora enviar à CVM comunicado acerca do encerramento da Oferta, nos termos da Instrução CVM nº 476 (a “Instrução CVM 476”); e

(c)em se tratando de emissão de Cotas a serem objeto de subscrição privada, a Administradora encaminhe à CVM o Suplemento relativo à referida emissão, devidamente registrado perante o Cartório de Títulos e Documentos.

Cada emissão de série de Cotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo VI ao Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Cotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Cotas; (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Cotas Seniores; e (viii) forma de integralização. A inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo VI ao Regulamento deve ser precedida de autorização deliberada em Assembleia Geral de Cotistas Subordinados Júnior.

A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Cotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Cotas terão seu valor calculado com base no Artigo 38 do Regulamento.

As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 do Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 66, Parágrafos 3º e 4º do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

Em caso de distribuição por meio de oferta pública de cotas, as Cotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série. As Cotas Seniores poderão ser objeto de subscrição privada, bem como poderão ser distribuídas por meio de oferta pública com esforços restritos.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Em caso de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a subscrição ou aquisição de Cotas objeto de tal distribuição por qualquer investidor estará condicionada à prestação por esse, no boletim de subscrição, das declarações exigidas pela referida Instrução, incluindo declaração de que estão cientes de que a oferta de Cotas não foi registrada na CVM e que os valores mobiliários ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas em tal Instrução.

O Fundo emitirá classes de Cotas Subordinadas que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo (i) 3.000 Cotas Subordinadas Mezanino; e (ii) até 500 Cotas Subordinadas Júnior. O número de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Junior poderá ser aumentado mediante deliberação de titulares da maioria das Cotas Subordinadas Junior em circulação (as “Cotas Subordinadas Junior em Circulação”), e, em segunda convocação pela maioria das Cotas Subordinadas Junior dos presentes, realizada nos termos do Artigo 66, Parágrafo 3º do Regulamento.

Cada emissão de classe de Cotas Subordinadas Mezanino pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva classe, na forma do Anexo VI ao Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à classe em questão: (i) quantidade de Cotas Subordinadas Mezanino em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Cotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe de Cotas Subordinadas Mezanino. Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos de Cotas Subordinadas Mezanino, cuja emissão tenha sido autorizada na forma do Capítulo XII do Regulamento elaborados nos termos do Anexo VI ao Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Cotistas para tanto.

A realização de oferta pública de Cotas Subordinadas Mezanino dependerá de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Gestora. A realização de oferta pública com esforços restritos de distribuição poderá ser realizada a qualquer tempo, mediante solicitação da Consultora à Administradora, observado o disposto na Instrução CVM 476 e no Regulamento.

As Cotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas Junior para efeito de amortização ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores em Circulação (as “Cotas Seniores em Circulação”), admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) a seguir;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 39 do Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 66, Parágrafo 3º do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (d) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de uma mesma classe de Cotas Subordinadas Mezanino.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Subordinadas Mezanino emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 25 (vinte e cinco) Cotas Subordinadas Mezanino.

As Cotas Subordinadas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação (as “Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação”);
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;

- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Júnior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Júnior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (e) a seguir;
- (e) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento;
- (f) direito de preferência na subscrição de novas Cotas Subordinadas Júnior na proporção do número de Cotas Subordinadas Júnior que possuírem quando da emissão, observado o disposto no Capítulo XII do Regulamento;
- (g) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (h) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Cotas Subordinadas Júnior.

A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Gestora, poderá emitir novas Cotas Subordinadas Junior, no montante indicado pela Gestora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de Cotas Subordinadas Junior do número de Cotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência estabelecido na alínea “f” acima. Uma vez informados pela Administradora os Cotistas Subordinados Junior deverão se manifestar até às 15h00 (quinze horas) do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

O Fundo poderá criar novas classes de Cotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração do Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Cotas Subordinadas Mezanino ser subordinada ou *pari passu* às classes de Cotas Subordinadas Mezanino já existentes, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Cotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Cotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação às classes de Cotas Subordinadas Mezanino já existentes, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Cotas e das Cotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral. As Cotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares e serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI do Regulamento.

Uma vez registrado o Suplemento e realizada a emissão de uma determinada série de Cotas Seniores ou de uma determinada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, a quantidade total de Cotas a serem emitidas em tal série ou classe não poderá ser alterada, exceto em caso de

(i) redução do número total de Cotas em decorrência do cancelamento do saldo não colocado das Cotas da série ou classe em questão, ou (ii) aumento do número de Cotas Subordinados Mezanino, na hipótese a que se refere o Artigo 55 do Regulamento, observadas as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável com relação à emissão e oferta das referidas Cotas.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas Mezanino, das duas a primeira a ocorrer, até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme orientação da Gestora, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução, aos titulares das Cotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Cotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Cotas Seniores específica;
- (d) devolução, aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Cotas Subordinadas Mezanino, por meio do resgate ou amortização de Cotas Subordinadas Mezanino; e
- (e) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas Junior.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar;

- (f) condições e parâmetros de mercado;
- (g) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (h) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou a realização de Assembleia Geral;
- (i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (j) custos relativos à abertura e manutenção de contas em sistemas de liquidação e custódia autorizados pelo BACEN;
- (k) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco; e
- (l) despesas com a atualização do Prospecto e do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora. As comissões devidas às instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários e os custos e despesas relacionados exclusivamente com a distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo serão arcados pela Cedente, nos termos do Contrato de Distribuição.

A Taxa de Administração e os Encargos do Fundo serão deduzidos do Patrimônio Líquido.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Cotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Cotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Cotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Cotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder

Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 6,0% (nos termos do inciso XXIV do Decreto nº 6.306/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 7.330, de 18 de outubro de 2010), exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo CMN (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689/00) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota de 2% (nos termos do inciso CCV do Decreto nº 6.306/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 7.323, de 4 de outubro de 2010).

Imposto de Renda

O Imposto de Renda (o “IR”) aplicável aos Cotistas do Fundo tomará por base:

- (a) a residência dos Cotistas do Fundo:
- (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação:

- (i) a cessão ou alienação de Cotas;
- (ii) o resgate de Cotas do Fundo; e
- (iii) a amortização de Cotas do Fundo.

Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à

alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

Resgate das Cotas

Na situação de resgate das cotas é feita de forma retida na fonte pela aplicação de alíquotas decrescentes em função do prazo de aplicação, observando-se o seguinte: 22,5% para aplicações de até 6 meses, 20% para aplicações entre 6 e 12 meses, 17,5% para aplicações entre 12 e 24 meses, e 15% para aplicações acima de 24 meses.

Amortização de Cotas

No caso de amortização de cotas, a tributação pelo imposto de renda se dá na forma retida na fonte observando-se as mesmas regras aplicáveis às hipóteses de resgate.

Cotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.

Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Cessão ou Alienação de Cotas

Os rendimentos auferidos quando da cessão ou alienação de cotas por cotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

Resgate das Cotas

Os rendimentos auferidos quando do resgate de cotas por cotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

Amortização de Cotas

Os rendimentos auferidos quando da amortização de cotas por cotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e do resgate.

Neste caso, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado).

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Diário do Comércio de São Paulo (ACSP) (o “Periódico”) ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Cotista.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Cotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral.

MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os investimentos do Fundo estão sujeitos a flutuações e riscos, tais como aqueles descritos na seção “Fatores de Risco”. Os sistemas de gerenciamento de riscos utilizados pela Gestora abaixo discriminados são baseados em estatísticas e projeções de cenários baseados em análise macro e microeconômicas, que podem não capturar todos os possíveis movimentos e impactos que os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros podem sofrer.

Esses sistemas visam, assim, monitorar e se antecipar aos riscos a que a carteira do Fundo está sujeita, mas não podem eliminá-los. Dessa forma, não é possível assegurar ou de qualquer forma garantir que o Fundo atingirá seu objetivo de desempenho, bem como que perdas superiores ao valor de exposição a risco não ocorrerão, em razão dos riscos e fatores anteriormente mencionados. Assim sendo, a Gestora não pode, em qualquer hipótese, ser responsabilizado pelo não alcance do objetivo de desempenho do Fundo, nem pela eventual depreciação ou inadimplemento dos Direitos de Creditórios e dos Ativos Financeiros, que impliquem em perda parcial ou total dos recursos investidos pelos Cotistas.

Riscos de Mercado

O gerenciamento do risco de mercado é feito por meio de instrumentos qualitativos e quantitativos. Por meio dos instrumentos qualitativos, busca-se assegurar que todas as posições do Fundo sejam tomadas após detalhada avaliação dos fundamentos da economia. O departamento de pesquisa macroeconômica da Gestora fornece o cenário base para o período de exposição e os principais riscos associados. Para realizar a análise quantitativa dos riscos de mercado, emprega-se o VaR, ferramenta estatística amplamente utilizada pelo mercado que fornece uma estimativa do valor de perda máxima do Fundo com nível de confiança de 95%. Utiliza-se também o “stress test”, que consiste em uma análise de risco para carteira do

Fundo em função de possíveis cenários de extrema pressão no mercado. O resultado do “stress test” demonstra o comportamento do preço de cada um dos ativos que compõe a carteira do Fundo no cenário utilizado no teste.

Risco de Crédito

Títulos públicos federais são considerados, por definição, o menor risco de crédito de um país. No caso de títulos privados, o departamento de crédito faz uma análise profunda de cada empresa, de seu fluxo de caixa e de sua solvência no período em que o título poderá fazer parte do Fundo. A mesma análise é feita no caso de instrumentos derivativos que exponham o Fundo a uma contraparte privada.

Riscos de Liquidez

A Gestora realiza estudos estatísticos dos fluxos passados do Fundo e analisa a metodologia de concentração da carteira, de forma a assegurar que o Fundo sempre disponha de uma parcela líquida para atender a sua rotina de resgates/aplicações, a fim de minimizar o risco de liquidez na rentabilidade da carteira do Fundo. Além disso, a liquidez de cada ativo é constantemente analisada, sendo levada em consideração na decisão de investimento ou permanência do ativo na carteira do Fundo.

Demais Riscos

A Gestora não mantém sistemas específicos para o gerenciamento dos demais riscos mencionados na seção Fatores de Risco deste Prospecto.

ATENDIMENTO AOS COTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Cotista abaixo indicados:

Socopa - Sociedade Corretora Paulista S/A

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

Telefone: 3299-2000

Fac-símile: 3299-2005

E-mail: estruturação.fundos@socopa.com.br

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Cotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Cotas consistem em frações ideais representativas do patrimônio do Fundo. O Fundo possui três classes de Cotas, sendo uma classe de Cotas Seniores, uma classe de Cotas Subordinadas Mezanino e uma classe de Cotas Subordinadas Junior.

O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino. Uma vez registrado o Suplemento e realizada a emissão das Cotas Subordinadas Mezanino, a quantidade total de Cotas a serem emitidas não poderá ser alterada, exceto em caso de **(i)** redução do número total de Cotas em decorrência do cancelamento do saldo não colocado das Cotas da classe ou, nos termos do Regulamento, ou **(ii)** aumento do número de Cotas Subordinadas, observadas as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável com relação à emissão e oferta das referidas Cotas.

O Valor Unitário de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino na data da Primeira Distribuição Pública de sua classe, conforme aplicável será de R\$1.000,00 (um mil reais), sendo que o valor mínimo de subscrição será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 39 do Regulamento.

Cotas Seniores

As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 do Regulamento; e

- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 66, Parágrafos 3º e 4º do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

Em caso de distribuição por meio de oferta pública de cotas, as Cotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série. As Cotas Seniores poderão ser objeto de subscrição privada, bem como poderão ser distribuídas por meio de oferta pública com esforços restritos.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 100 (cem) Cotas Seniores.

Em caso de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a subscrição ou aquisição de Cotas objeto de tal distribuição por qualquer investidor estará condicionada à prestação por esse, no boletim de subscrição, das declarações exigidas pela referida Instrução, incluindo declaração de que estão cientes de que a oferta de Cotas não foi registrada na CVM e que os valores mobiliários ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas em tal Instrução.

Emissão de Cotas Seniores

A Administradora, em nome do Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Cotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- (i) em se tratando de emissão de Cotas a serem distribuídas por meio de Oferta Pública, seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356;
- (c) em se tratando de emissão de Cotas a serem distribuídas por meio de Oferta Pública com esforços restritos, após a realização da oferta, a Administradora enviar à CVM comunicado acerca do encerramento da Oferta, nos termos da Instrução CVM nº 476; e
- (d) em se tratando de emissão de Cotas a serem objeto de subscrição privada, a Administradora encaminhe à CVM o Suplemento relativo à referida emissão, devidamente registrado perante o Cartório de Títulos e Documentos.

Cada emissão de série de Cotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo III ao Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Cotas Seniores da série em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Cotas; (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Cotas Seniores; e (viii) forma de integralização..

A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Cotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Cotas terão seu valor calculado com base no Artigo 38 do Regulamento.

Exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Cotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Cotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Cotas Seniores (conforme definido no Parágrafo 4º do Artigo 38 do Regulamento) (o “Valor Unitário de Referência”).

Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores de cada série, definidos no Artigo 38 do Regulamento, têm como finalidade definir o valor de integralização de Cotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Cotas, calculado conforme o Artigo 38 do Regulamento, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item “b” do *caput* do Artigo 38 do Regulamento às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas.

Com relação a cada série de Cotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Cotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos

Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Cotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Cotas Seniores.

Cotas Subordinadas Mezanino

As Cotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas Junior para efeito de amortização ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) a seguir;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 39 do Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 66, Parágrafo 3º do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de uma mesma classe de Cotas Subordinadas Mezanino.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Subordinadas Mezanino emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 25 (vinte e cinco) Cotas Subordinadas Mezanino.

As Cotas Subordinadas Mezanino terão como rentabilidade alvo atingir 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI. Tais Cotas terão seu valor calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Cotas Seniores em

Circulação, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação (as “Cotas Subordinadas em Circulação”) na respectiva data de cálculo.

Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino

A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Cotas Subordinadas Mezanino calculado nos termos do Artigo 38 do Regulamento, dividido pela somatória do número de Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme aplicável, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º do Artigo 39 do regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Cotas Subordinadas Mezanino, definidos no caput do Artigo 39 do Regulamento, têm como finalidade definir o respectivo valor de integralização de Cotas Subordinadas Mezanino.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de cada classe de Cotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais cotas, calculado conforme o caput deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma de tais classes de Cotas Subordinadas Mezanino.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do caput do Artigo 39 às Cotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas Junior.

Com relação às Cotas Subordinadas Mezanino, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Cotas Subordinadas Mezanino estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Cotas Subordinadas Mezanino será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Cotas Subordinadas Junior

As Cotas Subordinadas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Júnior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Júnior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (e) a seguir;
- (e) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento;
- (f) direito de preferência na subscrição de novas Cotas Subordinadas Júnior na proporção do número de Cotas Subordinadas Júnior que possuírem quando da emissão, observado o disposto no Capítulo XII do Regulamento;
- (g) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (h) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Cotas Subordinadas Júnior.

A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Gestora, poderá emitir novas Cotas Subordinadas Junior, no montante indicado pela Gestora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de Cotas Subordinadas Junior do número de Cotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência estabelecido na alínea “f” acima. Uma vez informados pela Administradora os Cotistas Subordinados Junior deverão se manifestar até às 15h00 (quinze horas) do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

Emissão de Cotas Subordinadas Junior

A emissão da primeira classe de Cotas Subordinadas Júnior ocorrerá na mesma data da primeira subscrição de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas Mezanino, das duas a

primeira a ocorrer.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Junior, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

A Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino compreenderá a distribuição de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Mezanino. As Cotas Subordinadas Mezanino terão valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino e o valor mínimo de subscrição será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) somente sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Cotas para investidores titulares de Cotas Subordinadas Mezanino em montante igual ou superior ao Investimento Mínimo.

As Cotas Subordinadas Mezanino serão publicamente distribuídas em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Anúncio de Início.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Cotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas pelo Fundo observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento. As Cotas Subordinadas Mezanino, estas serão amortizadas em 36 parcelas mensais a partir do 7º mês contado da data inicial da Oferta. Os pagamentos da amortização serão realizados no dia 30 de cada mês, sendo cada data de pagamento da amortização uma “Data de Amortização”. O valor a ser pago como amortização em cada Data de Amortização corresponderá a 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) do valor das Cotas Subordinadas Mezanino em cada Data de Amortização.

A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas ser pagas nas datas originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas (as “Amortizações Programadas”) de qualquer série de Cotas Subordinadas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

Sem prejuízo do previsto no Artigo 43 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Cotas Seniores a ser emitida, bem como de Cotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

A realização de Amortizações Programadas de Cotas Subordinadas Mezanino (as “Amortizações Programadas de Cotas Subordinadas Mezanino”) está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Cotas Seniores, conforme o estabelecido no Artigo 54 do Regulamento e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Cotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Cotistas Subordinados Mezanino em questão, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

As Amortizações Programadas de Cotas Seniores (as “Amortizações Programadas de Cotas Seniores”) e de Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de cotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério da Administradora, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Sem prejuízo do previsto nos Artigos 41 e 42 do Regulamento, caso a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo alocada em Direitos de Crédito permaneça abaixo de 60% (sessenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, a gestora poderá, a seu exclusivo critério, observados os procedimentos estabelecidos a seguir, determinar a antecipação, total ou parcial, de uma ou mais Datas de Amortização Programadas e/ou Datas de Resgate (a “Antecipação de Amortizações e/ou Resgates”).

Caberá à Gestora, em comum acordo com a Consultora, a definição do montante da Antecipação de Amortizações ou Resgates, bem como a seleção das parcelas de Amortização ou Resgate a serem antecipadas.

A definição das parcelas de amortização ou resgate que serão objeto de antecipação a Gestora deverá selecionar preferencialmente as parcelas com Data de Amortização Programada (a “Data de Amortização Programada”) ou Data de Resgate (a “Data de Resgate”) mais próximas a data prevista para o pagamento da Antecipação de Amortizações e/ou Resgates, considerando-se os respectivos cronogramas originais de Amortização Programada e Resgates observada (i) a manutenção das Razões de Garantia, sendo que caso a Antecipação

de Amortizações ou Resgates de uma determinada parcela resulte na redução de uma ou mais Razões de Garantia abaixo de suas respectivas Relações Mínimas, referida parcela deverá ser desconsiderada para fins da Antecipação de Amortizações e Resgates em questão, passando-se à parcela com vencimento de Amortização Antecipada ou Resgate na data imediatamente subsequente; e (ii) em se tratando de Resgates, a não alteração da alíquota de imposto incidente sobre o Resgate em questão, tomando-se como referência a alíquota de imposto que seria aplicável caso o Resgate em questão fosse realizado na data originalmente prevista, sendo que na hipótese de a antecipação do Resgate resultar na elevação da alíquota do imposto em questão a referida parcela deverá ser desconsiderada para fins da Antecipação de Amortizações e Resgates em questão, passando-se à parcela com vencimento de Amortização Antecipada ou Resgate na data imediatamente subsequente.

A Antecipação de Amortização e/ou Resgate será realizada em 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento pela Administradora de notificação por escrito a ela enviada pela Gestora contendo informações sobre: (i) o montante total a ser pago antecipadamente pelo Fundo aos Cotistas; e (ii) as parcelas de Amortização e/ou Resgate a serem antecipadas e identificação das respectivas séries ou classes a que se referem e dos respectivos montantes. A Administradora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação acima mencionada, enviar carta a todos os Cotistas e à Custodiante do Fundo informando-os sobre a realização da Antecipação da Amortização e/ou Resgate em questão.

A realização de Amortizações Antecipadas Proporcionais não caracterizará na alteração das Datas de Resgate e Amortizações para fins do Artigo 46 do Regulamento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 51 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Cotas Seniores em Circulação e/ou de uma ou mais Cotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 42 do Regulamento.

Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Cotas Seniores de qualquer série, ou das Cotas Subordinadas Mezanino (as “Meta de Rentabilidade Prioritária das Cotas Seniores” e “Meta de Rentabilidade Prioritária das Cotas Subordinadas Mezanino”), deverão observar os quóruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII do Regulamento.

É facultada a amortização programada e/ou amortização parcial de Cotas Subordinadas Júnior antes do resgate das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Mezanino, no montante equivalente ao patrimônio das Cotas Subordinadas Júnior que exceder as Relações Mínimas, desde que após as referidas amortizações: (i) sejam mantidas as Razões de Garantia estabelecidas no Capítulo XIX do Regulamento, e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 56 do Regulamento.

Em cada data de Amortização Programada de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Cotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Cotas Subordinadas que exceder as Relações Mínimas, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 56 do Regulamento.

As amortizações de Cotas poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de cotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 66 do Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério da Administradora, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Datas de Amortização e Resgate das Cotas Subordinadas Mezanino

As Cotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas de forma parcial pelo Fundo nas Datas de Amortização Programadas e serão resgatadas integralmente na última Data de Amortização. As Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, conforme previsto no Regulamento.

PAGAMENTO AOS COTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 51 do Regulamento, a Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Cotas Seniores; (ii) aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização, Datas de Resgate, e datas de pagamento de Antecipações de Amortizações e Resgates; (iii) aos titulares das Cotas Subordinadas Junior na hipótese prevista no Artigo 46 e no Artigo 56 do Regulamento ou após o resgate integral das Cotas Subordinadas Mezanino, nos montantes apurados conforme Artigos 38, 39 e 40 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e pela CBLC (a “CETIP” e a “CBLC” respectivamente), conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, para os titulares de Cotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 60 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um Dia Útil, ou seja, feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX (o “SOMAFIX”), no BOVESPAFIX e/ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados.

Sem prejuízo do estabelecido no *caput* do Artigo 49 do Regulamento, as Cotas que sejam objetos de subscrição privada ou de oferta com dispensa de registro, somente poderão ser negociadas privadamente até que: (i) sejam objetos de registro perante a CVM; ou (ii) sejam objetos de oferta secundária de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476.

Em caso de negociação privada de Cotas, esta deverá ser formalizada por meio de instrumento particular assinado pelas respectivas Partes devendo este ser apresentado pela parte vendedora à Administradora.

As Cotas que sejam objetos de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, primária ou secundária, realizada sem a utilização de Prospecto elaborado nos termos da regulamentação vigente, somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor. Na hipótese de negociação de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas Mezanino, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Cotista.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de avaliação e de liquidação do Fundo a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Cotas Seniores em

Circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;

- (a) inobservância, pela Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (b) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (c) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (b) caso as Razões de Garantia não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX do Regulamento;

O Fundo não estará sujeito à liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXII do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação. A Assembleia Geral poderá deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no caput deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Na hipótese de realização de Assembleia Geral na qual os Cotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembleia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Cotistas dissidentes, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Cotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Cotas detidas por Cotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 58 do Regulamento determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Cotas

Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora determinará à Custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Cotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Subordinadas Mezanino, a Administradora poderá convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Cotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Cotas Subordinadas Mezanino, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Cotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Cotas Subordinadas Mezanino.

Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 58 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 58 do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Cotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino, e posteriormente o resgate das Cotas Subordinadas Junior.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 58 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas, será constituído pelos titulares das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas Mezanino em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil (o “Código Civil”), cujas frações ideais de cada titular de Cotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Cotas detidas por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Cotas. A Administradora deverá notificar os Cotistas (i) para que os mesmos elejam um Administradora para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Cotas fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à

titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição da Administradora do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

ASSEMBLEIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Regulamento;
- (f) aprovar a substituição da Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Gestora, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação;
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Cotas do Fundo mediante

dação em pagamento de Direitos de Crédito; e

- (k) aprovar a nomeação uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, para exercerem, na qualidade de representantes dos Quotistas, as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos interesses e direitos dos Quotistas, nos termos Artigo 31 da Instrução CVM 356.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo VI.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou envio de carta ou correio eletrônico aos Cotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Cotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Cotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação poderão convocar representantes da Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe

forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as correspondências endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Na hipótese de a convocação de Assembleia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Cotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Cotistas, cópia da referida comunicação à Gestora e à Consultora.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Cotas presentes à Assembleia Geral. A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Cotas Subordinadas em Circulação.

As seguintes matéria deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares de Cotas que representem maioria das Cotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas dos presentes:

- (iv) alteração da remuneração da Administradora;
- (v) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente;
- (a) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- (b) as matérias previstas no Artigo 62 e no Parágrafo 2º do Artigo 32 do Regulamento;
- (vi) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento;
- (vii) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e
- (c) realização de Amortizações Programadas de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.

As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Cotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas Subordinadas Junior dos presentes:

- (a) aumento do número de Cotas Subordinadas Mezanino ou de Cotas Subordinadas Junior, estabelecidas no Artigo 33 do Regulamento;
- (b) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino ou *pari passu* às classes de Cotas Subordinadas Mezanino já existentes;
- (c) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Mezanino; e
- (d) realização de amortizações de Cotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.

As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Cotas Subordinadas Mezanino em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas Subordinadas Mezanino dos presentes, sendo que caso se refiram exclusivamente a uma única classe de Cotas Subordinadas Mezanino existentes, não afetando às demais classes de Cotas Subordinadas Mezanino, as deliberações deverão ser tomadas exclusivamente por titulares de Cotas da classe em questão:

- (a) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Cotas Subordinadas Mezanino já existente; e
- (b) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas Mezanino.

As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quóruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos no Regulamento.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Prestação de Serviços de Administração, Custódia, Controladoria e Escrituração

O Contrato de Prestação de Serviços de Administração, Custódia, Controladoria e Escrituração estabelece os termos e condições para prestação dos referidos serviços pela Administradora/Custodiante ao Fundo, complementando o disposto no Regulamento e na legislação em vigor, estabelecendo os procedimentos operacionais da interação entre a Administradora/Custodiante e os demais prestadores de serviços do Fundo, bem como a parcela da taxa de administração a ser destinada ao pagamento da Administradora/Custodiante. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora/Custodiante e os demais prestadores de serviços ao Fundo veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes entre os Prestadores de Serviço do Fundo” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito

O Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito, estabelece os termos e condições para a prestação, pela Consultora ao Fundo, dos serviços de consultoria e assessoria para análise e pré-seleção dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo em complemento ao disposto no Regulamento, estabelecendo os procedimentos operacionais da interação entre a Consultora e os demais prestadores de serviços do Fundo, bem como a parcela da taxa de administração a ser destinada ao pagamento da Consultora. Para informações acerca do relacionamento entre a Consultora e os demais prestadores de serviços ao Fundo veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes entre os Prestadores de Serviço do Fundo” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira

O Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira estabelece os termos e condições para a prestação, pela Gestora ao Fundo, dos serviços de gestão de carteira para análise e seleção dos direitos creditórios e demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, estabelecendo os procedimentos operacionais da interação entre a Gestora e os demais prestadores de serviços do Fundo, bem como a parcela da taxa de administração a ser destinada ao pagamento da Gestora. Para informações acerca do relacionamento entre a

Gestora e os demais prestadores de serviços ao Fundo veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes entre os Prestadores de Serviço do Fundo” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco

O Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco estabelece os termos e condições para a prestação, pela Agência de Classificação de Risco ao Fundo, do prestação dos serviços de classificação de risco das Cotas Subordinadas Mezanino. Para informações acerca do relacionamento entre a Agência de Classificação de Risco e os demais prestadores de serviços ao Fundo veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes entre os Prestadores de Serviço do Fundo” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente

O Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente estabelece os termos e condições para a prestação, pelo o Auditor Independente dos serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre o Auditor Independente e os demais prestadores de serviços ao Fundo veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes entre os Prestadores de Serviço do Fundo” deste Prospecto.

PRESTADORES DE SERVIÇO AO FUNDO E ASPECTOS A ELES RELACIONADOS

A ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado pela SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 62.285.390/0001-40, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administradora realizará a administração do Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção usualmente aplicadas pelo mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM; (ii) do Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários de diligência, lealdade, informação e preservação dos direitos dos Cotistas. Os deveres e obrigações da administradora encontram-se detalhados no Capítulo VIII do Regulamento.

Conforme estabelecido no Regulamento do Fundo, a Administradora faz juz a Taxa de Administração de 2.000,00 (dois mil reais), nos 3 (três) primeiros meses, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) do 4º ao 6º mês e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a partir do 7º mês.

A Gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 1,0 % ao ano sobre o Patrimônio Líquido. Quando o Fundo atingir um Patrimônio Líquido de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a Gestora passará a ser remunerada em 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido. A remuneração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.

A remuneração de que trata este Artigo será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Cotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora e a Gestora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 do Regulamento.

A Administradora poderá ser substituído mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por correio eletrônico, através de carta endereçada a cada Cotista ou mediante publicação de aviso no Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a “Comunicação de Renúncia”), a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo,

desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo IX do Regulamento.

No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data da Comunicação de Renúncia, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro. A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos a administradora, nos termos do Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias, estabelecido neste Parágrafo, poderá ser ultrapassado, conforme o caso, limitado ao prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Renúncia, conforme o disposto no Regulamento.

Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, que convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 52 do Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, a Administradora procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicar-se-iam, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de , diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade do própria Administradora.

O CUSTODIANTE

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco Paulista S/A, sociedade inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria ao Fundo. Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Custódia.

A Administradora poderá contratar outra prestadora de serviço de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada, em primeira convocação, pelos titulares de Cotas que representem maioria das Cotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas dos presentes.

CONSULTORA DE CRÉDITO

Para prestação de serviços de consultoria de crédito, o Fundo contratou a MONEY PLUS PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada empresária, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 09.154.317/0001-57, com sede na Rua da Consolação, 1.681, 4o andar, cj. 41, Bairro da Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A GESTORA

O responsável pela gestão da carteira de ativos do Fundo é a High Seas Mira Capital Administradora De Carteiras De Recursos E Consultoria Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 15511, loja E - Parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.946.654/0001.26 . A Gestora é responsável pelo desempenho das seguintes atividades, em conformidade com as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável da CVM: (i) gestão dos Ativos do Fundo; e (ii) instrução à Administradora da prática de quaisquer outros atos relativos à gestão da carteira do Fundo e permitidos pelas leis e regulamentações aplicáveis, em qualquer caso nos termos do Regulamento.

A Gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 1,0 % ao ano sobre o Patrimônio Líquido. Quando o Fundo atingir um Patrimônio Líquido de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a Gestora passará a ser remunerada em 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido. A remuneração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.

A Administradora poderá contratar outra prestadora de serviço de Gestora dos ativos integrantes da carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada, em primeira convocação, pelos titulares de Cotas que representem maioria das Cotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas dos presentes.

OS AUDITORES INDEPENDENTES

A empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo é a **ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES**, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1.830, T1 – 5º e 6º andares, Itaim Bibi, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001.25, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão

das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação da Administradora.

A Administradora poderá contratar outra prestadora de serviço de auditor do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada, em primeira convocação, pelos titulares de Cotas que representem maioria das Cotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas dos presentes.

A remuneração dos Auditores, pelos serviços elencados acima, encontram-se estabelecidos em contrato celebrado entre a Administradora em nome do Fundo e os Auditores, e estão em linha com os valores praticados pelo mercado para fundos de investimento similares ao Fundo.

A Administradora poderá contratar outra prestadora de serviço de auditores independentes do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada, em primeira convocação, pelos titulares de Cotas que representem maioria das Cotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas dos presentes.

A AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo é a LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., Rua tabapuã, 145 cj. 29, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 14.222.571/0001-85

A Administradora poderá contratar outra prestadora de serviço para substituir a Agência de Classificação de Risco, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovado, em primeira convocação, pelos titulares de Cotas que representem maioria das Cotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Cotas dos presentes.

A remuneração da Agência de Classificação de risco, pelos serviços elencados acima, encontram-se estabelecidos em contrato celebrado entre a Administradora em nome do Fundo e os Auditores, e estão em linha com os valores praticados pelo mercado para fundos de investimento similares ao Fundo

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES ENTRE OS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

Relações entre a Administradora e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Exercício das Funções de Administradora e de Custodiante

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. exercerá as funções de administradora do Fundo e o Banco Paulista S.A. exercerá a função de custodiante. Na data deste Prospecto a SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. encontrava-se responsável pela administração de 65 (sessenta e cinco) fundos de investimento em direitos creditórios e o Banco Paulista S.A. encontrava-se responsável pela custódia de 78 (setenta e oito) fundos de investimento em direitos creditórios

Relações entre a Administradora, a Gestora e o Custodiante

A Administradora e o Custodiante são empresas pertencentes ao Grupo Banco Paulista S.A. e encontram-se sob controle comum. Na data deste Prospecto a Administradora encontrava-se responsável pela administração de 65 (sessenta e cinco) fundos de investimento em direitos creditórios, sendo 65 (sessenta e cinco) deles em comum com o Custodiante.

As remunerações devidas a Administradora e ao Custodiante pelos serviços por eles prestados a cada um dos fundos são independentes entre si. A remuneração pelos serviços de administração, gestão e custódia é calculada de forma individualizada, sendo que a remuneração dos serviços de administração encontra-se estabelecida no Regulamento e as remunerações dos serviços de gestão e de custódia encontram-se estabelecidas em contratos específicos e individualizados celebrados entre o Fundo e cada uma das prestadoras de serviço em questão.

A Administradora e o Custodiante declaram que não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas funções em decorrência de suas respectivas funções serem exercidas por sociedades coligadas. A Administradora e o Custodiante declaram-se mutuamente independentes para a realização das atividades inerentes às suas respectivas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto a Administradora e a Gestora não possuem relacionamento societário e, além do Fundo objeto deste Prospecto a Administradora e a Gestora não prestam serviços para fundos de investimento em comum. A contratação da Gestora nesses casos foi feita pelo prazo de duração do Fundo, estando a remuneração a ela devida pelos serviços a cada um dos

fundos em questão estabelecida nos respectivos Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira celebrado entre a Gestora e o fundo em questão, representado pela Administradora. As remunerações devidas à Gestora pelos serviços por ela prestados a cada um dos fundos são independentes entre si.

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Gestora não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a Administradora e a Consultora

A Administradora e a Consultora nunca tiveram relacionamento societário. Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto a Administradora e a Consultora não prestam serviços para fundos de investimento em comum. A contratação da Consultora nesses casos foi feita pelo prazo de duração do Fundo, estando a remuneração a ela devida pelos serviços prestados a cada um dos fundos em questão estabelecida no Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e o fundo em questão, representado pela Administradora. As remunerações devidas à Consultora pelos serviços por ela prestados a cada um dos fundos são independentes entre si.

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Consultora não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a Administradora e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de aproximadamente 65 (sessenta e cinco) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A Administradora não contratou serviços dos Auditores Independentes relacionados aos fundos por ela administrados, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada pela Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Na data deste Prospecto não existem entre a Administradora e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Agência de Rating

Na data deste Prospecto não existem fundos de investimento em direitos de crédito administrados pela Administradora que contam com a prestação de serviços da Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda., sendo que a contratação e remuneração paga pela prestação dos serviços classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto não existem entre a Administradora e a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relações entre a Gestora e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Relação entre a Gestora e a Consultora

Na data deste Prospecto, a Gestora e a Consultora não mantinham qualquer relação societária ou comercial. As funções e serviços a serem prestados pela Gestora e pela Consultora ao Fundo encontram-se claramente definidas no Regulamento do Fundo e nos respectivos contratos de prestação de serviços celebrados por cada uma com o Fundo, não sendo conflitantes entre si. Adicionalmente, a Gestora e a Consultora não prestam serviços simultaneamente a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios. As contratações da Consultora e da Gestora são independentes entre si, havendo sido feitas pelo prazo de duração de cada Fundo. As remunerações devidas à Gestora e à Consultora pelos serviços prestados por cada uma delas aos fundos em questão são independentes entre si e encontram-se estabelecidas no respectivo contrato celebrado entre cada uma e cada fundo em questão.

Relação entre a Gestora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Gestora encontra-se responsável pela gestão de mais 1 (um) fundo de investimentos, além deste, que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Gestora e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e a Agência de Rating

Na data deste Prospecto não existem fundos de investimento em direitos de crédito e fundo de investimento em Cotas de fundos de investimento em direitos de crédito geridos pela Gestora que contavam com a prestação de serviços da Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Caso, no futuro, a Gestora e a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. venham prestar serviços para um novo fundo, tal novo relacionamento será objeto de contratos específicos a serem celebrados entre cada uma delas e tal fundo, sendo as responsabilidades e remuneração de cada uma estabelecidos de uma forma individualizada, com base nas características de tal fundo, sendo, portanto, independentes dos relacionamentos então já mantidos entre ambas.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Gestora e a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relações entre o Custodiante e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Relação entre a Custodiante e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Custodiante encontra-se responsável pela custódia de aproximadamente 80 (oitenta) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das Partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existem entre a Custodiante e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Custodiante e a Agência de Classificação de Risco.

Na data deste Prospecto não existem fundos de investimento em direitos de crédito custodiados pela Custodiante que contam com a prestação de serviços da Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e

cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existem entre a Custodiante e a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relações entre a Consultora e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Relação entre a Consultora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Consultora não atua como consultora de crédito de fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes, incluído o Fundo objeto deste Prospecto. Os honorários de auditoria são estabelecidos pela administradora dos mesmos de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existem entre a Consultora e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Consultora e a Agência de Classificação de Risco.

Na data deste Prospecto, não existem fundos de investimento para os quais a Consultora e a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. prestavam serviços simultaneamente. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existem entre a Consultora e a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.